



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 039

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 27 DE ABRIL DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 039

36ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Mensagem 03

Indicações 04

Requerimentos 16

Projetos de Lei 23

Pequeno Expediente:

Dep. Péricles de Mello 31

Dep. Antonio Belinati 33

Dep. Osmar Bertoldi 35

Dep. Tadeu Veneri 36

Dep. Luciana Rafagnin 37

Grande Expediente:

Dep. Nereu Moura 38

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Péricles de Mello 32

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto 40

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk 41

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 42

Discussão/Votação

Redação Final 43

3ª Discussão 43

2ª Discussão 43

Requerimentos 43

Encerramento da Sessão 44

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias 44

Atas de Comissões

Constituição e Justiça 46

Obras Públ. Transp. e Com. 46

Publicações Administrativas:

Contrato de Prestação de Serviços 47

DIÁRIO Nº 039

36ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

27 ABRIL DE 2009

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Dr. Batista e Jonas Guimarães.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri e Waldyr Pugliesi (42).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Elton Welter, Cida Borghetti, Artagão Júnior, Caíto

Quintana, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Fernando Sacanavaca, Luiz Nishimori e Teruo Kato (10).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Luiz Fernandes Litro e Reni Pereira (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº SEPL/COP nº 104/09 do Sr. Enio José Verri - secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, encaminhando o Demonstrativo das Alterações da Despesa ocorridas no 1º trimestre de 2009. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 296 do Sr. João Carlos Gomes - Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, encaminhando a Prestação de Contas da referida Universidade, referente ao exercício de 2008. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 151-DG do Sr. Cel. PMRR Rubens Guimarães de Souza - Diretor Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública, encaminhando a Prestação de Contas do Departamento de Trânsito, relativa ao exercício financeiro de 2008. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC 1165/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Marcelo Rangel, que solicita esclarecimentos sobre os valores arrecadados com as inscrições nos vestibulares em 2007, 2008 e 2009 pelas universidades do Paraná. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 1190/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelos Deputados Elio Rusch, Valdir Rossoni, Reni Pereira, Ademar Traiano, Plauto Miró, Douglas Fabrício e Marcelo Rangel, que solicitam esclarecimentos sobre informações complementares às respostas apresentadas pela COHAPAR, sobre as áreas adquiridas pelos Municípios e que ainda não foram iniciadas as respectivas obras. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o nº 073/09-DG do Sr. David Antonio Pancotti - Diretor Geral do DETRAN/PR, em resposta ao pedido de informações requerido pelos Deputados Elio Rusch, Valdir Rossoni, Douglas Fabrício e Marcelo Rangel, que solicitam esclarecimentos sobre assuntos relacionados ao funcionamento do DETRAN/PR. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o nº 217/09/GOVESTADO do PR do Sr. Luis Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando os créditos de recursos financeiros, sob bloqueio, no valor de R\$ 1.572.838,00 (um milhão, quinhentos e setenta e dois mil, oitocentos e trinta e oito reais), nas contas vinculadas aos contratos de repasse, firmados com o Estado do Paraná, nos Programas sob a gestão do MCidades, com o objeto nas Ações Estruturais de Habitabilidade, Urbanismo e Preservação Ambiental dos Mananciais de Água Formadores do Rio Iguaçu, no contorno de Curitiba, junto aos Programas PPI/Intervenções em Favelas. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, em 27/04/09.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estive ausente nas Sessões Plenárias dos dias 22 e 23 de abril, devido ao fato de estar em compromissos assumidos na Região de Maringá.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

(a) DR. BATISTA

Mensagem

MENSAGEM Nº 020/09

Curitiba, em 27/04/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei concedendo o índice geral de 6% (seis por cento) na referência salarial inicial das tabelas de vencimentos básico, com consequente reflexo nos inter-níveis e interclasses, respeitada a amplitude salarial e a dinâmica intercargos, a todas as carreiras estatutárias civis e militar do Poder Executivo do Estado do Paraná, para atendimento ao disposto no inciso X do artigo 27 da Constituição Estadual, conforme especifica e adota outras providências.

O presente anteprojeto de lei fixa o índice de revisão geral dos vencimentos das carreiras estatutárias do Poder Executivo para o ano de 2009, em atendimento ao disposto no inciso X do artigo 27 da Constituição Estadual e Lei 15512, de 31/05/07.

A aplicação do índice decorrente da variação do IPCA observa a previsão da Lei nº 15512, de 31/05/07 e corresponde ao percentual acumulado do mês de maio de 2008 ao mês de abril de 2009, apropriando-se, para o mês de abril de 2009, o índice de março de 2009, num total de 6% (seis por cento), arredondados.

O valor da folha de pagamento do Poder Executivo relativa ao mês de março de 2009, que serve de base de cálculo para incidência do percentual de reajuste, importa em R\$ 596 milhões, incluído o auxílio transporte dos professores estaduais.

A atribuição do índice de 6% (seis por cento) importará em um aumento mensal de despesa na ordem de R\$ 35,7 milhões. A revisão proposta alcançará 249.711 (duzentos e quarenta e nove mil, setecentos e onze) servidores ativos, inativos, pensionistas e outros.

Conforme determinado pelos artigos 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00, aumento de despesa, decorrente da implantação da revisão geral, consta da previsão de despesa de pessoal do Poder Executivo.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica concedido o índice geral de 6% (seis por cento) na referência salarial inicial das tabelas de vencimento básico, com consequente reflexo nos interníveis e interclasses, respeitada a amplitude salarial e a dinâmica intercargos, a todas as carreiras estatutárias civis e militar, do Poder Executivo do Estado do Paraná, para atendimento ao disposto no inciso X do artigo 27 da Constituição Estadual.

§ 1º A aplicação do índice do IPCA será relativa ao período acumulado do mês de maio de 2008 ao mês de abril de 2009, apropriando-se para o mês de abril de 2009, o índice de março de 2009, arredondando-se o índice.

Art. 2º O disposto nesta lei aplica-se aos inativos e geradores de pensão das carreiras civis e militares do Poder Executivo, inclusive aos proventos decorrentes de aposentadorias de servidores alcançados pela Emenda Constitucional Federal nº 041/03, mesmo que não tenham o direito à paridade.

Art. 3º O aumento percentual de 6% (seis por cento) abrange os servidores ativos integrantes da Carreira Técnica de Extensão Rural do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, o vencimento básico dos cargos de provimento em comissão, a remuneração de Secretário de Estado, o valor dos contratos de regime especial - CRE'S, PARANAEDUCAÇÃO, os convênios com APAE's, incidindo também sobre os valores das quotas constantes do Anexo IV da Lei Complementar nº 092 de 05/07/02 e a gratificação prevista no artigo 5º e parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 001, de 02/08/72, com a redação da Lei Complementar nº 112, de 04/10/05.

Art. 4º O disposto nesta lei não se aplica às Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Entes de Cooperação Econômica.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros condicionados à disponibilidade orçamentária - financeira, ao comportamento da receita e às disposições da Lei Complementar nº 101/00.

À Diretoria Legislativa.

Indicações

INDICAÇÃO Nº 421/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Araruna.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadã terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO Nº 422/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município da Barra do Jacaré.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadã terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO Nº 423/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Cidade Gaúcha.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadã terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO N° 424/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadã terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO N° 425/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Doutor Camargo.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadã terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO N° 426/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Formosa do Oeste.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadã terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO N° 427/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Goioerê.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadã terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO N° 428/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Guaporema.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadão terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO N° 429/09**SÚMULA:**

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Indianópolis.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadão terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO N° 430/09**SÚMULA:**

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Iracema do Oeste.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadão terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO N° 431/09**SÚMULA:**

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Japurá.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadão terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO N° 432/09**SÚMULA:**

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Janiópolis.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadão terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO N° 433/09**SÚMULA:**

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Jussara.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadão terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO N° 434/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Jundiá do Sul.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadão terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO N° 435/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Terra Boa.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadão terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO N° 436/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Nova Olímpia.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadão terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO N° 437/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Rancho Alegre.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadão terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO N° 438/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Salto do Itararé.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadão terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO N° 439/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Rondon.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadã terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO N° 440/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de São Manoel do Paraná.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadã terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO N° 441/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Santo Antônio da Platina.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadã terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO N° 442/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Xambrê.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadã terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO N° 443/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de São Tomé.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadã terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO N° 444/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Tuneiras do Oeste.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadão terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO Nº 445/09**SÚMULA:**

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Mariluz.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadão terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO Nº 446/09**SÚMULA:**

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Moreira Sales.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadão terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO Nº 447/09**SÚMULA:**

Propõe a implantação do Centro Integrado de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Terra Roxa.

O Deputado que o presente subscreve e, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado, Sr. Roberto Requião e ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. Gilberto Berguio Martin a implantação do Centro Integrado de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Terra Roxa.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A implantação deste Centro de Saúde no Município de Terra Roxa, possibilitará atendimento a centenas de famílias que clamam por atendimento médico, pois evitará o deslocamento de atendimento para outros Municípios, o que ajudará às pessoas que necessitam de cuidados médicos, como exames laboratoriais, ginecologista e obstetrícia, possibilitando agilidade no diagnóstico, permitindo um tratamento mais eficaz.

INDICAÇÃO Nº 448/09**SÚMULA:**

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Pontal do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Pontal do Paraná.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 449/09**SÚMULA:**

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Jacarezinho.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 450/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Porto Amazonas.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Porto Amazonas.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 451/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Quatro Barras.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Quatro Barras.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 452/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Quitandinha.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Quitandinha.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 453/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Palmeira.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Palmeira.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 454/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Paranaguá.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 455/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Matinhos.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Matinhos.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaca-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO N° 456/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Mato Rico.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Mato Rico.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaca-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO N° 457/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Santa Tereza do Oeste.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Santa Tereza do Oeste.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaca-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO N° 458/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Sengés.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Sengés.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaca-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO N° 459/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Ribeirão Claro.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Ribeirão Claro.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaca-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO N° 460/09

SÚMULA:

Sugere a construção de uma Padaria Comunitária no Centro de Educação Infantil Cristo Rei, no Município de Sarandi.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Padaria Comunitária no Centro de Educação Infantil Cristo Rei, no Município de Sarandi.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população de Sarandi, assim beneficiando toda a comunidade que frequentam a instituição.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO N° 461/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Terra Boa.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Terra Boa.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO N° 462/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Sarandi.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Sarandi.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO N° 463/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de São Tomé.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de São Tomé.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO N° 464/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de São Jorge do Ivaí.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de São Jorge do Ivaí.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO N° 465/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Santo Antonio do Caiuá.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Santo Antonio de Caiuá.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO N° 466/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Quinta do Sol.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Quinta do Sol.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO N° 467/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Peabiru.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Peabiru.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO N° 468/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Paiçandu.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Paiçandu.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO N° 469/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Paranacity.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Paranacity.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO N° 470/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Ourizona.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Ourizona.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO N° 471/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Nova Esperança.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Nova Esperança.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO N° 472/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Nossa Senhora das Graças.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Nossa Senhora das Graças.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO N° 473/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Mariluz.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Mariluz.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO N° 474/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Munhoz de Mello.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Munhoz de Mello.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO N° 475/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Marumbi.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Marumbi.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 476/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Marialva.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Marialva.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 477/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Mandaguçu.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Mandaguçu.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 478/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Maringá.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Maringá.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 479/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Lobato.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Lobato.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 480/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Jussara.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Jussara.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 481/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Jandaia do Sul.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Jandaia do Sul.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 482/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Ivatuba.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Ivatuba.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO N° 483/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Iguaraçu.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Iguaraçu.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO N° 484/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Floresta.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Floresta.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO N° 485/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Engenheiro Beltrão.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Engenheiro Beltrão.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO N° 486/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Colorado.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Colorado.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO N° 487/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Cambira.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Cambira.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO N° 488/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Boa Esperança.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Boa Esperança.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO N° 489/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Atalaia.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Atalaia.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 490/09

SÚMULA:

Sugere a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Terra Boa.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Terra Boa.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 491/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Astorga.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Centro Educacional Infantil, no Município de Astorga.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) DR. BATISTA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1759

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, autorização da Assembleia Legislativa do Paraná para se ausentar do País no período de 1º de maio a 1º de junho de 2009, com destino aos Estados Unidos.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 1760

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER autorização de viagem nos dias 7, 8 e 9 de maio de 2009, para a União de Parlamentares Sul-Americanos e do MERCOSUL em Florianópolis-SC, com o tema: Integração Sul-Americana na Saúde, nas Questões Aduaneiras e na Legislação de Trânsito.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 1830

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a reserva do plenário da Assembleia Legislativa do Paraná para o dia 29/04/09 (quarta-feira), das 8 às 12 horas, para realização de audiência pública dos povos e comunidades tradicionais.

Inicialmente havia sido reservado o plenarinho para a realização da audiência, mas em decorrência da confirmação de grande público (até o momento mais de 350 pessoas confirmaram presença), o espaço seria insuficiente. Dessa forma, será necessário transferir o evento para o plenário, para que todos os convidados possam participar desse debate, que vai abordar as políticas públicas em desenvolvimento para as comunidades tradicionais no Brasil.

Também solicito a reserva de equipamentos de multimídia para a apresentação dos trabalhos.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 1729

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Claudinei Pires, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1730

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Gilamar Neri de Oliveira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1731

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Josué Danil de Paula, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1732

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento Maria Malinsk, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1733

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Celia Schwab, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1734

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Cesar Nunes de Lara, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1735

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Darci Adão Martins, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1736

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Eurides Pinto Braga, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1737

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Frederico Bahls de Almeida, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1738

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Gralik, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1739

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Joel Nogueira de Lima, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1740

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de José Mario Rodrigues Mendes, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1741

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Marcos Cesar Nunes de Lara, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1742

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria José Franco, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1743

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Tereza Tralenski Martins, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1744

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Mariano Veketa, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1745

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Menaide Batista Maciel, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1746

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Otilde de Oliveira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1747

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Otilia Skiba, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1748

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Pedro Batista de Oliveira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1749

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ursula Volkert Thibes, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1750

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Valdelino de Araújo Almeida, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1751

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Valter Jadir Kubinsk, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1752

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Olivio Scheidt, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1753

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Rafael Krevicz, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1821

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Rosalino Ferreira dos Santos, ocorrido dia 09/04/09, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, aos 86 anos de idade, dia 09 de abril nesta Capital, o Sr. Rosalino Ferreira dos Santos deixando viúva a Sra. Waldelice Froes dos Santos. Deixou ainda oito filhos, dentre eles as funcionárias deste Poder: Clarice e Noemi; 14 netos e seis bisnetos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais nos incluimos.

Perda lamentável que roubou de seus familiares, parentes, amigos uma presença sempre marcada pelo companheirismo, pela sua dedicação e entusiasmo com todos aqueles que o rodeavam.

Sua família, a família que o adorava, se despediu do amigo com lágrimas nos olhos, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois, saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Aceite, pois o dileto amigo, nossas despedidas comovidas e a prece que dirigimos ao Todo Poderoso para que lhe dê o merecido descanso.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Ferreira dos Santos, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1787

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações a RONE (Rondas Ostensivas de Natureza Especial), pelos relevantes trabalhos realizados em defesa da comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 1788

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Coronel Amaro do Nascimento Carvalho, Comandante do Policiamento do Interior da Polícia Militar do Paraná, pelo grande, excelente e dedicado serviço prestado em prol da sociedade paranaense.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 1822

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Alto Paraná pela passagem, no próximo dia 05/05/09, de seus 55 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Cláudio Golemba, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Jorge Gualberto dos Anjos, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Alto Paraná.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande honra que nos dirigimos a toda a população do Município de Alto Paraná, nesta significativa data da comemoração do seu 55º aniversário de emancipação política.

Que Deus ilumine seus administradores, pois os ensinamentos divinos sendo cumpridos fielmente, sintetizam a maior expressão de dignidade e da afirmação da vida.

Parabenizamos todos aqueles que congregam os mesmos desejos de evoluir e alcançar novos horizontes através de um trabalho sério voltado aos interesses da população. Pois, o trabalho que vem sendo desenvolvido pela administração de Alto Paraná é essencial ao seu crescimento.

Os Prefeitos quando assumem, sejam eleitos ou reeleitos, iniciam suas gestões com grandes responsabilidades. A responsabilidade vai muito além de ter lisura nos atos de praticar a honestidade; cumprir os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral e investir na certeza de uma melhora no atendimento geral de toda a população.

Consideramos o cargo público como um posto de lutas e sacrifícios e, não como uma sinecura para lisonjear a vaidade ou para defender interesses pessoais.

Aceitem, pois, todos os administradores do Município de Alto Paraná, nossos parabéns pelo 55º aniversário.

REQUERIMENTO Nº 1777

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - APP, pelos 62 anos.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - APP, pelos 62 anos, fundado pelos professores do Colégio Estadual e do Instituto de Educação do Paraná, a instituição representa hoje a categoria de forma democrática, autônoma e com liberdade, participando na criação de uma sociedade mais justa, em defesa de uma escola pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade, promovendo a integração e a união de toda a classe de forma independente, defendendo as causas dos trabalhadores em Educação e estimulando a sua organização.

REQUERIMENTO Nº 1778

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Sra. Daniela Ferraz Nogueira.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Sra. Daniela Ferraz Nogueira, Diretora do Departamento de Apoio Operacional da Secretaria de Governo do Município de São José dos Pinhais, que vem realizando excelente trabalho, atingindo suas metas e objetivos, de forma a atender a população de toda a Cidade, através de ações concretas e eficazes que demonstram sua capacidade e conhecimento colocados à disposição da comunidade. Com respeito e confiabilidade, seus atos elevam a administração municipal.

REQUERIMENTO Nº 1779

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Editora Arte.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Editora Arte, na pessoa de seus diretores, Sr. Audrey Farah e Sr. Chico Guil, que vem realizando várias pesquisas sobre a história e a cultura de diversos Municípios da Região Centro-Sul do Paraná, que já resultou em publicações de livros sobre Prudentópolis e Irati, e em fase de produção sobre São Mateus do Sul, coletando imagens que dão qualidade gráfica e valorização de pessoas que se destacaram por suas iniciativas, com textos enriquecidos por crônicas, os editores também são os autores destas obras que vêm para ampliar o conhecimento de nosso Estado, e transmitir para as gerações futuras a história do Paraná e seus Municípios, dando importância ao conhecimento e aos fatos notáveis ocorridos na nossa sociedade.

REQUERIMENTO Nº 1780

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Sra. Edite Pizzatto.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Sra. Edite Pizzatto, fundadora da Rede Feminina de Combate ao Câncer, com uma vida dedicada ao semelhante, sempre levando aos necessitados, carinho, conforto e apoio para superar as dificuldades que a doença lhes impõe, seu desprendimento em favor de outros, é exemplo para toda a sociedade que reconhece na sua pessoa, um símbolo de amor, humildade e solidariedade, prestando relevantes serviços à comunidade. É reconhecida por várias entidades e órgãos oficiais, seu trabalho junto as entidades de combate ao câncer é de fundamental importância, formando equipes de voluntários e coordenando estas, tornou-se referência no voluntariado, seu desprendimento em ajudar o semelhante é modelo para as futuras gerações, um espelho para as almas grandiosas como a sua.

REQUERIMENTO Nº 1781

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Sra. Vânia Lucia Climinacio.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Sra. Vânia Lucia Climinacio, Diretora de Marketing da Paraná Turismo - PRTUR, que

realiza um trabalho de planejamento e execução da política estadual de turismo, implantando programas e projetos de incentivo, de desenvolvimento e de fomento ao turismo, executando ações que buscam promover o turismo no Estado. Sua atuação é exemplo de dedicação e qualidade, colocando em prática as políticas de fomento ao turismo, colocando o Paraná na rota de turistas do mundo inteiro, seu esmero na condução de suas atividades traz resultados que beneficiam a comunidade socialmente, financeiramente e profissionalmente.

REQUERIMENTO Nº 1782

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais no Estado do Paraná - SINPRF/PR.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais no Estado do Paraná - SINPRF/PR, na pessoa de seu Presidente, Sr. Ismael de Oliveira, que representa regionalmente e também em âmbito nacional, atuando na coordenação, na defesa, proteção e representação das reivindicações e direitos dos policiais, atuando intensamente na congregação de seus sindicalizados e na luta por direitos profissionais, por melhores condições de vida e trabalho, fortalecendo e valorizando a profissão, com determinação e perseverança para superar as dificuldades, ampliando o reconhecimento do policial rodoviário federal.

REQUERIMENTO Nº 1783

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Dr. José Fernando Macedo.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. José Fernando Macedo, Presidente da Associação Médica do Paraná, onde desenvolve um trabalho para congregar, defender e amparar a classe médica do Paraná, estreitando e mantendo a mais perfeita solidariedade entre seus membros, determinando o respeito aos verdadeiros princípios da ética profissional, destinando estudo e divulgação da medicina em todos os seus ramos, Sua dedicação aos seus Pares é exemplar. Trabalho, ética e respeito pautam seu caminho, a medicina sua estrada para a realização.

REQUERIMENTO Nº 1784

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Ernesto Luís Pedroso Júnior.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Ernesto Luís Pedroso Júnior, Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Seguros Previdência do Sul, administrador que garante segurança e tranquilidade aos seus clientes por meio de benefícios financeiros e serviços, cumprindo sua função de forma ética e eficaz. Tradicional empresa com mais de 100 anos de existência, demonstra sua preocupação com o lado social, colaborando com entidades e instituições, determinação que norteia os princípios de um administrador responsável e solidário.

REQUERIMENTO Nº 1785

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Dr. Jurandir Marcondes Ribas Filho.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Jurandir Marcondes Ribas Filho, Vice-Presidente Centro-Sul da Associação Médica Brasileira, instituição que congrega cerca de 250 mil médicos sócios em todo o Brasil, onde tem como missão a luta em defesa dos interesses da categoria; ofício que desempenha com presteza e determinação, valorizando a carreira médica, a qual abraçou e defende nos terrenos científico, ético, social, econômico e cultural, contribuindo para a elaboração das políticas de saúde e aperfeiçoamento dos sistemas médicos assistenciais do País, sua dedicação e seu empenho são exemplo para a classe médica e para a sociedade.

REQUERIMENTO Nº 1827

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de votos de louvor, ao delegado Dr. Demétrius Gonzaga de Oliveira, pelos relevantes serviços prestados como titular do Núcleo de Combate aos Crimes Cibernéticos na Polícia Civil do Estado do Paraná, bem como sua competente equipe.

Requer, ainda, que seja enviado correspondência ao referido delegado.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 1762

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano (SEDU), Luiz Forte Neto, solicitando a inclusão do Município de São João do Triunfo no Programa de Instalação do Centro de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura de São João do Triunfo requer por meio do Ofício 328/09, protocolado junto à SEDU sob nº 07.552.601-6 a instalação do Centro de Saúde da Mulher e da Criança, visto que o Município enquadra-se nos critérios para a inclusão desse programa, e necessita de ampliação do atendimento na área de Saúde à população, com atendimento de qualidade e resolutividade.

Conto com vosso apoio nessa solicitação, de extrema importância para a população do Município.

REQUERIMENTO Nº 1763

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Governador Roberto Requião, solicitando a inclusão do Município de São João do Triunfo no Programa de Instalação do Centro de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura de São João do Triunfo requer por meio do Ofício 328/09, protocolado junto à SEDU sob nº 07.552.601-6 a instalação do Centro de Saúde da Mulher e da Criança, visto que o Município enquadra-se nos critérios para a inclusão desse programa, e necessita de ampliação do atendimento na área de Saúde à população, com atendimento de qualidade e resolutividade.

Conto com vosso apoio nessa solicitação, de extrema importância para a população do Município.

REQUERIMENTO Nº 1824

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Tribunal de Contas do Paraná, solicitando a seguinte informação:

- Em relação ao chamamento público para pré-qualificação ao Credenciamento 01/09, proposto pela Secretaria de Estado da Comunicação Social, para a escolha por requisitos técnicos de emissoras de televisão, dispensando o processo licitatório, é revestido de legalidade?

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 1825

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Secretário de Estado de Obras Públicas, solicitando as seguintes informações:

- Em relação à construção da Usina Hidrelétrica Mauá, enviar xerocópia do processo licitatório, bem como a documentação da empresa qualificada/vencedora da referida licitação;

- Enviar xerocópia do cronograma de obras da referida Usina;

- Conforme determina o artigo 209 da Constituição do Estado do Paraná, houve aprovação e consequentemente, autorização legislativa para proceder a referida construção?

- Qual será o valor de investimentos para a construção da referida usina?

- Enviar xerocópia da avaliação ambiental prévia da Bacia do Rio Tibagi.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO N° 1826

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Secretário de Estado de Comunicação Social, para informar os seguintes questionamentos:

- Em relação ao chamamento público para pré-qualificação ao credenciamento 01/09, quais são os critérios a serem utilizados no processo para contratação de emisoras de televisão pelo Governo do Estado?

- A escolha por requisitos técnicos estabelecidos pela referida Secretaria de Estado, dispensará o processo licitatório, conforme determina a legislação federal?

- Enviar xerocópia de valores pré-estabelecidos em tabela criada pela Secretaria de Estado da Comunicação Social.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO N° 1828

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Conjunto Abaeté, que pedem, em regime de urgência, policiamento nessa rua, principalmente no final da mesma. Ocorre que no local menores promovem algazarras e muita bagunça até altas horas da madrugada, perturbando o sossego dos moradores, e quando são chamados a atenção, prometem agredir as pessoas a qualquer momento. Os moradores estão com medo de denunciar face às ameaças que recebem, motivo pelo qual solicitam providências urgentes.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1829

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de

atender o pedido dos moradores do bairro Jardim Alto Tarumã - Município de Pinhais, que pedem, em regime de urgência, policiamento nas ruas do mesmo, principalmente nos pontos de ônibus, tendo em vista que bandidos ficam armados em veículos para abordar os usuários e assaltá-los. Dias atrás, uma jovem foi abordada e forçada a entrar no veículo, porém ela, felizmente conseguiu pedir socorro e escapar, não lhe acontecendo nada de grave. Como ela, outras pessoas estão passando pela mesma situação, motivo de tal reivindicação

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1761

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de pedido de informações a governadoria, através do Exmo. Sr. Presidente da COPEL - Companhia Paranaense de Energia, sobre o Plano de Sucessão, discutido na diretoria da empresa e que poderá ser proposto aos funcionários que já estão aposentados pelo regime geral de previdência social.

Recebemos informações apontando que a COPEL - Companhia Paranaense de Energia, apresentará um Plano de Sucessão aos seus funcionários que já estão aposentados pelo regime geral de previdência social. A empresa, entretanto, está analisando a possibilidade de aposentar compulsoriamente servidores, que ainda não completaram o tempo necessário para requerer a aposentadoria complementar à Fundação COPEL, para a qual contribuem durante sua vida funcional. Neste caso, estes servidores seriam forçados a atencipar a requisição do benefício, que seria pago parcialmente pela Fundação. Fomos informados que a assessoria jurídica da empresa discorda dessa medida, tendo em vista que pode desencadear ações judiciais questionando a legalidade da aposentadoria compulsória. Estes funcionários representam um acervo técnico da COPEL, já que constituem um núcleo de mão de obra especializada. Essa dispensa pode causar um "apagão técnico" na empresa que, durante anos, investiu na formação e qualificação desses servidores.

Pelo exposto, o Deputado Tadeu Veneri requer as seguintes informações:

- Quantos são os engenheiros e quantos são os técnicos que se enquadram nos critérios adotados pela empresa para aposentadoria compulsória?

- Há previsão de concurso público para selecionar os profissionais que irão substituir os servidores dispensados? Ou a empresa está estudando a possibilidade de terceirizar estes serviços? E qual o custo estimado deste processo de terceirização?

- Caso a medida não seja revista, a empresa dispõe de um cronograma de dispensa dos funcionários?

- Qual é a posição do setor jurídico da empresa sobre a geração de um possível passivo trabalhista?

- Procede a informação de que varia entre um a quatro anos o prazo máximo para que esses servidores alcancem o tempo necessário para obter sua aposentadoria complementar à Fundação COPEL?

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Informações vinculadas na imprensa dão conta que a COPEL estuda a demissão para um grupo de funcionários já aposentados pelo regime geral de previdência social, mas que não atingiram o tempo mínimo exigido para requerer o benefício complementar junto a Fundação COPEL.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 177/09

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a ONG Viver uma Vida Feliz, com sede no Município de Ivaiporã e foro na Comarca de Ivaiporã.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de suas publicação.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

A ONG Viver uma Vida Feliz, entidade fundada em 14 de janeiro de 2006, têm por finalidade atender as necessidades do grupo a que destina o seu trabalho na comunidade em que está inserida, bem como promover a harmonização e o amparo, aos seus atendidos, além de contribuir para o bem-estar e a congregação destes na sociedade.

Destacamos, sobremaneira, a constante e importante atuação desta entidade perante seus representados, com o êxito comprovadamente alcançado em todas as suas realizações.

Trata-se de uma entidade, com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 07.965.774/0001-04, e pela sua comprovada importância e representatividade, merece ser considerada por lei, como entidade de unidade pública do Estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a declaração desta entidade como de utilidade pública do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 178/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 1º da Lei Estadual nº 15448, de 15/01/07, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Passam a ser obrigatório exames psiquiátricos em todos os policiais civis, militares e agentes penitenciários que se encontram na ativa:

I - todos os policiais civis, militares e agentes penitenciários, ficam obrigados a cada 12 (doze) meses, a passarem por uma junta de três profissionais: médico, psicológico e assistente social para avaliação e constatação da capacidade laborativa para exercerem suas funções;

II - caso constatado qualquer anomalia no policial ou agente penitenciário pela junta psicossocial, o mesmo deverá ser afastado de suas funções típicas, por 03 (três) meses para tratamento com profissionais especializados;

III - constatando que a anomalia do policial ou agente penitenciário é irreversível, a junta psicossocial e a perícia médica deverão opinar por uma readaptação ou aposentadoria por invalidez;

IV - em caso de readaptação, o policial ou agente penitenciário somente poderá realizar serviços administrativos, sendo-lhe retirada a arma, a insígnia e na carteira funcional deve constar o cargo administrativo e que seja suprimido o porte de arma do mesmo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 15448/07 tem elevado alcance na preservação da saúde dos policiais civis e militares.

Da mesma forma, é importante para a sociedade atendida por estes profissionais, pois contará com profissionais em condições psíquicas adequadas.

Por outro lado, os agentes penitenciários estão expostos a idênticas situações de desgaste emocional e não estão amparados pelo benefício.

Por estas razões, é importante que também estes servidores sejam submetidos a periódicos exames psiquiátricos para manter seu perfeito equilíbrio emocional.

O objetivo da proposição é assegurar aos agentes penitenciários o mesmo cuidado dispensado aos policiais civis e militares.

Não há que se alegar vício de iniciativa pois a lei modificada também foi de iniciativa de parlamentar, qual seja, o ex-Deputado Delegado Bradock.

PROJETO DE LEI Nº 179/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Poder Executivo Estadual, em todos os órgãos da Administração Direta e Indireta, deve utilizar

em suas obras públicas e na aquisição de móveis e outros materiais, que em sua composição utilizem madeira, apenas madeira que contenha certificado de manejo florestal.

§ 1º. Ficam excluídas desta lei, madeiras provenientes isentas de certificação, nos termos da norma que instituiu a Autorização para o Transporte de Produto Florestal - ATPF.

§ 2º Para os fins desta lei, entende-se como madeira certificada a madeira atestada por entidades ou instituições certificadoras, provenientes de plano de manejo florestal autorizado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA, oriunda de área manejada de forma ambientalmente adequada, socialmente justa e economicamente viável, que atendam os requisitos das entidades certificadoras.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

A utilização de madeira certificada pelos órgãos e repartições públicas proporcionará além da redução dos danos ambientais a produção de resultados reais e satisfatórios com relação à proteção ao meio ambiente. Existem dois tipos de madeira, a legal e a certificada. A madeira legal é aquela que cumpre todos os requisitos previstos na lei quanto à documentação (emitida pelos órgãos ambientais federais e estaduais) e pode vir tanto de manejo florestal como de desmatamento, desde que autorizado pelos órgãos ambientais. A madeira certificada é aquela que não só tem a documentação de acordo com a lei, mas também que não degrada o meio ambiente e contribui para o desenvolvimento social e econômico das comunidades florestais. Para que isso aconteça, o processo de certificação de assegurar a manutenção da floresta, por meio do manejo florestal, previsto em lei, bem como o cumprimento da legislação trabalhista e a viabilidade econômica da atividade em longo prazo.

Com a exploração racional há menos desperdício e é possível lucrar por mais tempo. A certificação também tem como fundamento a garantia dada ao consumidor de que determinado produto é originário de manejo florestal ambientalmente adequado, socialmente justo e economicamente viável, ou seja, os produtos que têm o selo de certificação são aqueles produzidos com madeira de florestas certificadas. A certificação depende de iniciativa dos proprietários de áreas florestais interessados em certificar as suas florestas. A madeira, em forma de toras, dessas áreas, poderá ser vendida a terceiros com o selo de certificação. Já a indústria, a partir da comprovação da utilização de matéria prima certificada, poderá vender seus produtos (serrado, chapas, compensado, aglomerado, cabos de vassouras, móveis, carvão vegetal, entre outros), com selo de certificação.

O Brasil é um dos maiores emissores de gás carbônico (CO₂), que é o principal causador do efeito

estufa e, do consequente aquecimento global, decorrente do desmatamento sem planejamento e, das queimadas. Essa constatação resulta do relatório apresentado pelos cientistas do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), ligado às Nações Unidas. As alterações de temperatura já evidenciada e, seus impactos nos ecossistemas da Terra requerem providências imediatas e, no que é de vital importância para o Brasil. A madeira comercializada ilegalmente custa muito menos e, portanto, é fator determinante para as empresas competirem nas concorrências públicas e, também, nas compras efetuadas por parte das empresas que comercializam e utilizam a madeira como matéria-prima em seus processos produtivos e/ou construtivos.

Dados nos mostram que 80% (oitenta por cento) da madeira que sai da Amazônia são ilegais, o que causa prejuízos incalculáveis ao meio ambiente. A Resolução CONAMA, que proíbe o corte e o transporte de madeira nativa da Mata Atlântica, não foi suficiente para evitar a clandestinidade na comercialização de madeira nativa. O Brasil conta com três milhões de hectares de florestas certificadas. Um grande número de madeiras da Amazônia produz madeira com reconhecido selo verde. Entretanto, essa produção corresponde a 700.000 m³ (setecentos mil metros cúbicos) e apenas 2% (dois por cento) desse montante chegam à construção civil anualmente, sendo a maior parte do produzido destinado ao exterior.

O Paraná não pode ficar alheio na luta contra o desmatamento indiscriminado. Precisamos deixar cada vez mais claro que não compensa participar da estrutura de produção, transporte, distribuição e comercialização de produtos cuja madeira seja originária de desmatamento ilegal e utilizando o grande poder de influência proporcionado pelos investimentos públicos em obras e na aquisição de produtos demonstrando um claro sinal que o assunto é sério. Essa iniciativa vem ao encontro da imperiosa necessidade de proteção e utilização adequada dos recursos naturais, produzindo resultados a curto, médio e longo prazo e da necessidade de proteção ao meio ambiente.

PROJETO DE LEI Nº 180/09

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica cassada a eficácia da inscrição, no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, do contribuinte que utilizarem ou comercializarem madeira sem certificação florestal.

§ 1º Ficam excluídas desta lei, madeiras provenientes isentas de certificação, nos termos da norma que instituiu a Autorização para o Transporte de Produto Florestal - ATPF.

§ 2º Para os fins desta lei, entende-se como Madeira Certificada a madeira atestada por entidades ou instituições certificadoras, provenientes de Plano de Manejo Florestal autorizado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA, oriunda de área manejada de forma ambientalmente adequada, socialmente justa e economicamente viável, que atendam os requisitos das entidades certificadoras.

Art. 3º Todo estabelecimento de que trata o artigo 1º deve:

I - no caso das empresas de construção civil:

a) exigir, dos seus fornecedores de todo material em madeira bruta ou industrializada, a competente certificação florestal;

b) apresentar, junto com o pedido de Licença de Uso da Obra, a competente certificação florestal da madeira empregada em seu processo construtivo, para fins de expedição do “Habite-se”;

c) afixar, em seus empreendimentos, placa informando que a obra utiliza madeira certificada;

II - no caso dos estabelecimentos que comercializam madeira, em estado bruto, artesanal ou industrializado, informar os consumidores:

a) afixando, em local visível:

1) a devida Autorização para o Transporte de Produto Florestal - ATPF;

2) o certificado florestal;

3) o registro do estabelecimento no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais do IBAMA;

b) apresentar, conforme o caso, as notas fiscais de compra e/ou de venda da madeira e de seus subprodutos.

Art. 4º A cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS, prevista no artigo 1º, implicará aos sócios, pessoas físicas ou jurídicas, em conjunto ou separadamente, do estabelecimento penalizado:

I - o impedimento de exercerem o mesmo ramo de atividade, mesmo que em estabelecimento distinto daquele;

II - a proibição de entrarem com pedido de inscrição de nova empresa no mesmo ramo de atividade.

Parágrafo Único. As restrições previstas nos incisos prevalecerão pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de cassação.

Art. 5º Esta lei entre em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

O cancelamento e/ou suspensão da eficácia do registro do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS é uma medida drástica, mas é a única

forma de produzir resultados reais e satisfatórios. Existem dois tipos de madeira, a legal e a certificada. A madeira legal é aquela que cumpre todos os requisitos previstos na lei quanto à documentação (emitida pelos órgãos ambientais federais e estaduais e pode vir tanto de manejo florestal como de desmatamento, desde que autorizado pelos órgãos ambientais).

A madeira certificada é aquela que não só tem a documentação de acordo com a lei, mas também que não degrada o meio ambiente e contribui para o desenvolvimento social e econômico das comunidades florestais. Para que isso aconteça, o processo de certificação deve assegurar a manutenção da floresta, por meio do manejo florestal, previsto em lei, bem como o cumprimento da legislação trabalhista e a viabilidade econômica da atividade em longo prazo. Com a exploração racional há menos desperdício e é possível lucrar por mais tempo. A certificação também tem como fundamento a garantia dada ao consumidor de que determinado produto é originário de manejo florestal ambientalmente adequado, socialmente justo e economicamente viável, ou seja, os produtos que têm o selo de certificação são aqueles produzidos com madeira de florestas certificadas.

A Certificação depende de iniciativa dos proprietários de áreas florestais interessados em certificar as suas florestas. A madeira, em forma de toras, dessas áreas, poderá ser vendida a terceiros com o selo de certificação. Já a indústria, a partir da comprovação da utilização de matéria-prima certificada, poderá vender seus produtos (serrado, chapas, compensado, aglomerado, cabos de vassouras, móveis, carvão vegetal, entre outros), com selo de certificação. O Brasil é um dos maiores emissores de gás carbônico (CO₂), que é o principal causador do efeito estufa e, do consequente aquecimento global, decorrente do desmatamento sem planejamento e, das queimadas. Essa constatação resulta do relatório apresentado pelos cientistas do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), ligado às Nações Unidas. As alterações de temperatura já evidenciada e, seus impactos nos ecossistemas da Terra requerem providências imediatas e, no que é de vital importância para o Brasil.

A madeira comercializada ilegalmente custa muito menos e, portanto, é fator determinante para as empresas competirem nas concorrências públicas e, também, nas compras efetuadas por parte das empresas que comercializam e utilizam a madeira como matéria-prima em seus processos produtivos e/ou construtivos. Dados nos mostram que 80% (oitenta por cento) da madeira que sai da Amazônia são ilegais, o que causa prejuízo incalculáveis ao meio ambiente.

A Resolução CONAMA, que proíbe o corte e o transporte de madeira nativa da Mata Atlântica, não foi suficiente para evitar a clandestinidade na comercialização de madeira nativa. O Brasil conta com 3 milhões de hectares de florestas certificadas. Um grande número de madeireiras a Amazônia produz madeira com reconhecido selo verde. Entretanto, essa produção corresponde a

700.000m³ (setecentos mil metros cúbicos) e apenas 2% (dois por cento) desse montante chegam à construção civil anualmente, sendo a maior parte do produzido destinado ao exterior.

O Paraná não pode ficar alheio na luta contra o desmatamento indiscriminado. É inegável que muitos avanços verificaram-se nesse processo. Precisamos deixar cada vez mais claro que não compensa participar da estrutura de produção, transporte, distribuição e comercialização de produtos cuja madeira seja originária de desmatamento ilegal e penalizar com a cassação da eficácia do registro do ICMS é um claro sinal que o assunto é sério e que medidas drásticas serão tomadas. Essa iniciativa vem ao encontro da imperiosa necessidade de proteção e utilização adequada dos recursos naturais, produzindo resultados a curto, médio e longo prazo e da necessidade de proteção ao meio ambiente.

PROJETO DE LEI N° 181/09
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica instituído, no âmbito do Estado do Paraná, o Cadastro para o Bloqueio de Recebimento de Ligações de Telemarketing.

Parágrafo Único. O Cadastro tem por objetivo impedir que as empresas de telemarketing, ou estabelecimentos que se utilizem deste serviço, efetuem ligações telefônicas não autorizadas para os usuários nele inscritos.

Art. 2° A partir do 30° (trigésimo) dia do ingresso do usuário no Cadastro, as empresas que prestam serviços relacionados ao parágrafo único do artigo 1°, ou pessoas físicas contratadas com tal propósito, não poderão efetuar ligações telefônicas destinadas às pessoas inscritas no cadastro supracitado.

§ 1° Incluem-se nas disposições desta lei os telefones fixos e os aparelhos de telefonia móvel em geral.

§ 2° A qualquer momento o usuário poderá solicitar a sua exclusão do Cadastro.

Art. 6° Não se aplicam os dispositivos da presente lei às entidades filantrópicas que utilizem telemarketing para angariar recursos próprios.

Art. 7° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Esse projeto de lei tem por objetivo oferecer uma oportunidade de manifestar o interesse em não receber ligações de telemarketing. Temos que pensar que diversos usuários são instados diariamente por ligações com ofertas de produtos e serviços. Este projeto de lei oferece ao cidadão a oportunidade para a manifestação de sua

vontade e assim, livremente poder aceitar ou não esse tipo de ligação telefônica.

Todos os interessados em fazer parte da lista farão parte de um cadastro unificado que será franqueado para informação às empresas de telemarketing para que retirem de seus cadastros de contato o usuário não interessado em receber tais ligações. Quem descumprir a norma pode ser multado para cada ligação feita a um número que fizer parte do cadastro. O consumidor passa a ter o direito de optar se quer ou não receber a mensagem publicitária, protegendo-se dessa ação invasiva, caso se sinta incomodado. O presente projeto de lei não impede a prestação do serviço de telemarketing, apenas o transforma de quantitativo em qualitativo. As empresas poderão fazer contatos com consumidores que estejam, de fato, interessados nos produtos. A ANATEL, a agência reguladora das telecomunicações, que a princípio deveria também regular essa forma de comunicação por parte das empresas de telemarketing, desconsidera o assunto por entender que teleatendimento ou telemarketing não é serviço de telecomunicações. Esse projeto de lei contém apenas uma exceção, excluindo da proibição as entidades filantrópicas que utilizem telemarketing para angariar recursos, tendo em vista a função relevante que essas instituições ofertam para a sociedade.

PROJETO DE LEI N° 182/09
À Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica declarado de utilidade pública a ASSESPI - Associação Beneficente Esportiva Pireli, Paraná, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei n° 6994/78 com as alterações dadas pelas Leis n°s 8589/87 e 12816/99 que dispõem sobre as normas para a declaração de utilidade pública de Sociedades Cíveis, Associações e Fundações constituídas no Estado do Paraná, estamos apresentando o presente projeto de lei, para declarar de utilidade pública a ASSESPI - Associação Beneficente Esportiva Pireli, Paraná, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré/PR, filiada à FEMOTIBA - Federação Democrática das Associações de Moradores, Clube de Mães, Entidades Benéficas e Sociais de Curitiba - Gestão 2005/2009.

Sem fins lucrativos, fundada em 25/11/85, a entidade tem por objetivo a difusão do civismo e da cultura física em parceria com órgãos públicos e privados, colaborando com poderes públicos, conselhos e outras

entidades existentes na comunidade, dando-lhes conhecimento dos problemas do bairro; desenvolver trabalho com criança, adolescente e idoso proporcionando-lhes uma melhor qualidade de vida com desenvolvimento de atividades esportivas em todas as áreas; administração de Jornal e Rádio Comunitária; trabalhos sociais com reuniões e divertimentos de caráter social e cultural; prática assistencial e social com a comunidade.

Estando o projeto em conformidade com a legislação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 183/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam isentos do pagamento de taxa de vestibular nas universidades estaduais e nas faculdades estaduais os vestibulandos que tenham cursado o 2º Grau de Ensino em escolas públicas da rede estadual de ensino.

Art. 2º Os interessados deverão apresentar documento comprobatório de Conclusão de Curso de 2º Grau completo, feito em escolas públicas estaduais no ato de inscrição ao vestibular.

Art. 3º A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior baixará, por resolução, as normas necessárias para cumprimento desta lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 178 e inciso II, assim reza:

Art. 178 - o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - ... (omissis)...

II - gratuidade de ensino em estabelecimentos mantidos pelo Poder Público Estadual, com isenção de taxas e contribuições de qualquer natureza."

O dispositivo constitucional acima descrito, por si só, respalda a legitimidade do presente projeto de lei.

Alie-se a esse dispositivo outras razões preponderantes que se inserem ao assunto proposto.

A clientela da escola pública estadual é oriunda, em sua maioria, de famílias de baixa renda, que não tiveram condições de pagar os estudos de seus filhos em escola particular.

As condições de disputa de vagas no ensino superior favorecem muito os alunos egressos da escola particular, em detrimento dos da escola pública estadual, que precisam prestar vários vestibulares para ingresso no ensino superior, com gastos excessivos para suas famílias.

Por todas essas razões e pelo dispositivo constitucional estadual do artigo 178, inciso II, propõe-se o presente projeto de lei, no aguardo do apoio e da aprovação dos ilustres Deputados desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 184/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A presente lei institui a política de prevenção, erradicação e controle de espécies exóticas invasoras no Estado do Paraná, além das condições de uso dessas espécies.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, entende-se por:

I - **espécie nativa:** a espécie, subespécie ou táxon inferior ocorrente dentro de sua área de distribuição natural presente ou passada;

II - **espécie exótica:** espécie, subespécie ou táxon inferior localizado fora da sua área de distribuição natural presente ou passada, incluindo qualquer parte, gametas, sementes, ovos ou propágulos dessa espécie que possa sobreviver e posteriormente reproduzir-se;

III - **espécie contida:** espécie exótica cujo potencial de invasão é reconhecido pelo histórico de invasão em algum ecossistema dentro ou fora do Estado e que em determinado local encontra-se com distribuição limitada por controle humano em função do uso a que se destina.

IV - **espécie introduzida:** espécie exótica cujo potencial de invasão é reconhecido pelo histórico de invasão em algum ecossistema dentro ou fora do Estado, porém sem expressão de invasão reconhecido até o momento em outro ambiente no Paraná, ou seja, em estado latente.

V - **espécie estabelecida:** espécie exótica cujo potencial de invasão é reconhecido pelo histórico de invasão em algum ecossistema dentro ou fora do Estado, já em estágio de autorregeneração em nível local.

VI - **espécie exótica invasora:** espécie exótica cuja introdução e dispersão ameaça ecossistemas, habitats ou espécies e causa impactos ambientais, econômicos, sociais ou culturais.

VII - **ecossistema:** conjunto formado por todos os fatores bióticos e abióticos que atuam simultaneamente sobre determinada área geográfica.

VIII - **habitat:** lugar ou tipo de local onde um organismo ou população ocorre naturalmente.

IX - **fauna autóctone:** conjunto de espécies ou espécie, subespécie ou táxon inferior cuja área de distribuição natural coincide com a distribuição atual.

X - **fauna alóctone:** conjunto de espécies ou espécie, subespécie ou táxon inferior que não é originária da região, que veio de outro ecossistema ou habitat ou de outra bacia hidrográfica.

XI - **análise de risco:** protocolo de avaliação do risco de uma espécie exótica tornar-se invasora, com base em características biológicas e ambientais.

XII - **animal de estimação:** animal proveniente de espécies da fauna silvestre, nascido em criadouro comercial legalmente estabelecido, mantido em cativeiro domiciliar, sem finalidade de abate, de reprodução ou de uso científico e laboratorial.

XIII - **animal doméstico:** espécie que através de processos tradicionais de manejo e seleção tornaram-se domésticas, possuindo características biológicas e comportamentais em estreita relação com o homem.

XIV - **repopoamento:** soltura de um ou mais animais, nascidos em cativeiro ou capturados na natureza, em uma área contida na sua distribuição geográfica original, onde sua população natural esteja em declínio ou tenha desaparecido.

XV - **planta ornamental:** espécime da flora cultivado exclusivamente para composição de jardins ou paisagismo.

XVI - **pequenos proprietários rurais:** são os proprietários rurais conforme definição do INCRA - Instituto Nacional de Cartografia e Reforma Agrária.

XVII - **controle:** conjunto de ações tomadas com o objetivo de manter populações de uma espécie exótica invasora em níveis baixos aceitáveis ou restritas às áreas determinadas para sua produção ou criação.

XVIII - **erradicação:** conjunto de ações tomadas com o objetivo de eliminar uma espécie de uma determinada área ou região

Art. 3º O Estado do Paraná deverá instituir, reconhecer e atualizar, em períodos máximos de dois anos, a Lista Oficial de Espécies Exóticas Invasoras.

Parágrafo Único. As espécies listadas deverão estar incluídas nas seguintes categorias:

I - Categoria I - Espécies que não devem ser cultivadas; criadas e devem ser erradicadas, ficando seu uso em qualquer uma das formas proibidas;

II - Categoria II - Espécies com valor comercial que podem ser criadas ou cultivadas sob condições controladas, e para isso necessitarão de licenciamento ambiental;

III - Categoria III - Espécies que podem ser estudadas, mas não cultivadas ou criadas, e para isso também necessitarão de licenciamento ambiental.

Art. 4º É obrigatório o licenciamento ambiental de todo empreendimento que utilize espécies exóticas invasoras constantes na lista oficial do Estado.

§ 1º A ausência de licenciamento implicará na apreensão ou erradicação total, bem como aplicação de multa;

§ 2º O não cumprimento do licenciamento apresentado implicará no embargo do empreendimento, aplicação de multa, e conforme o risco ambiental, a erradicação ou apreensão total das espécies exóticas invasoras;

§ 3º O Estado poderá promover ações de controle e erradicação sob as expensas do proprietário, desde que observado e considerado as questões éticas relacionadas à eutanásia;

§ 4º Os pequenos proprietários rurais são isentos de taxas de licenciamento ambiental.

Art. 5º Os empreendimentos já instalados até a data de publicação da presente lei terão um prazo de 06 (seis) a 18 (dezoito) meses, conforme regulamentação, para adequarem-se às normas previstas neste diploma legal e nas regulamentações oriundas da mesma.

Parágrafo Único. O órgão administrativo competente estabelecerá os prazos de adequação para cada tipo de empreendimento.

Art. 7º O Estado poderá promover a pequenos proprietários rurais apoio para a erradicação e o controle de espécies exóticas invasoras não cultivadas.

§ 1º O apoio será provido sob forma de capacitação técnica, licenças ambientais quando necessárias ou subsídios a ferramentas de controle e erradicação;

§ 2º A execução das medidas de controle, erradicação ou prevenção são de responsabilidade do proprietário rural.

§ 3º O controle de dispersão de espécies exóticas invasoras em uso comercial na propriedade é de responsabilidade integral do proprietário.

Art. 7º O Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Educação, poderá estabelecer diretrizes educacionais referentes à presente lei para o ensino fundamental, médio e profissionalizante.

Art. 8º O Estado deve adotar medidas de prevenção à entrada e à dispersão de novos espécimes de espécie exóticas invasoras e de novas espécies em unidades de conservação de proteção integral.

Art. 9º O Estado deve adotar medidas para prevenir a entrada de espécies exóticas invasoras em todas as suas fronteiras.

Parágrafo Único. A Administração Pública promoverá qualificação técnica para que seus agentes façam cumprir a presente lei.

Art. 10. As solicitações para introdução de espécies ou de populações de espécies exóticas aos ecossistemas representados no Estado serão avaliados pelo órgão ambiental responsável com base em protocolos de análise de risco, devendo a permissão ser negada em caso de alto risco ambiental ou de incerteza, inclusive para fins de pesquisa.

§ 1º O Estado deverá manter registro público dos processos de análise de risco em andamento e já realizados.

§ 2º Caberá ao interessado na introdução da espécie ou população provar que o organismo é seguro para introdução por não oferecer risco de se tornar invasora.

Art. 11. Fica proibido o uso de espécies exóticas invasoras por empreendimento e instituições públicas, à exceção de uso científico. Neste caso será obrigatório o licenciamento ambiental.

Art. 12. Fica proibido o uso de espécies exóticas invasoras para fins de recuperação ambiental em qualquer situação.

Art. 13. É proibida a liberação, soltura ou disseminação na natureza de espécimes de espécies exóticas a qualquer dos ecossistemas existentes no Estado.

Art. 14. O Estado promoverá e determinará a erradicação e o controle permanente das espécies exóticas invasoras, conforme as seguintes situações:

I - para todas as espécies da Categoria I da Lista Oficial de Espécies Exóticas Invasoras do Estado do Paraná.

II - em todas as áreas de preservação permanente e unidades de conservação de proteção integral;

III - em qualquer situação em que houver a presença de espécies exóticas invasoras em ambientes naturais;

IV - nas situações em que nos ambientes cultiváveis exista a presença de espécies exóticas invasoras e que essas não são as espécies cultivadas no local;

V - em todas propriedades públicas e áreas devolutas, incluindo-se áreas de domínio.

Art. 15. Fica proibido o comércio e a posse de todos os animais constantes da Lista Oficial de Espécies Exóticas Invasoras como animais de estimação.

Art. 16. Fica proibido o comércio, o cultivo e o uso para fins ornamentais de todas as espécies de plantas constantes da Lista Oficial de Espécies Exóticas Invasoras nos ambientes referidos.

Art. 17. É obrigatório o controle de plantas exóticas invasoras em ambientes naturais e em áreas legalmente protegidas, sendo permitido o uso de produtos químicos considerados necessários por recomendação técnica.

Art. 18. Fica permitida a remoção, a apreensão e o abate de animais exóticos invasores pelos órgãos de Meio Ambiente, Agricultura e Saúde ou por pessoas físicas e jurídicas previamente delegadas por esses órgãos.

Art. 19. Fica proibido o repovoamento ou soltura de animais em unidades de conservação.

Parágrafo Único. O repovoamento de unidades de conservação com animais autóctones só será permitido mediante estudo técnico comprovando a sua necessidade e viabilidade.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

O artigo 255 da Constituição Federal declara que é dever do Poder Público e da coletividade proteger o meio ambiente para a presente e as futuras gerações, acompanhando este enunciado o artigo 207 da Constituição do Estado do Paraná assevera este dever.

No rol das competências legislativas descritas na Constituição da República Federativa do Brasil e de nosso Estado o tema Meio Ambiente aparece no que se chama competência concorrente ou complementar. Assim o Estado poderá e deverá legislar sobre o Meio Ambiente atendendo aos interesses regionais.

Desta forma sendo um dever do Poder Público a preservação e os cuidados com o Meio Ambiente, sendo uma atribuição constitucional do Estado do Paraná tratar do tema, desde que não em antítese à legislação federal, e sendo que a iniciativa de legislar sobre o tema pode ser do Parlamentar apresento o presente projeto de lei disciplinando o cultivo, pesquisa, manejo e utilização em geral das espécies exóticas invasoras para o território do Paraná.

Ao se falar das espécies exóticas invasoras deve-se atentar para o artigo 8º da Convenção Internacional sobre Diversidade Biológica, da qual o Brasil é signatário. Esta convenção internacional que tem força superior a legislação ordinária federal, determina aos países participantes a adoção de medidas preventivas, medidas de erradicação e controle de espécies exóticas invasoras.

Ainda na esteira da legislação federal em vigor é importante observar a Lei Federal nº 11428, de 22/12/06, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Em seu artigo 3º, inciso VIII alínea “a” a lei que trata da Mata Atlântica considera de interesse social as atividades imprescindíveis à proteção da integridade a vegetação nativa entre essas a erradicação de espécies exóticas invasoras. A própria lei federal que trata dos Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9605, de 12/02/98), prevê em seu artigo 61 a punição para quem “disseminar doença ou praga ou espécies que possam causar dano à agricultura, à pecuária, à fauna, à flora ou aos ecossistemas”, e continua em seu artigo 31: introduzir espécie animal no País sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida por autoridade competente com pena prevista de detenção de 3 (três) meses a 01 (um) ano e multa.

No âmbito do Governo Federal já existe uma política geral sobre o tema: a Política Nacional de Biodiversidade, prevista pelo Decreto nº 4339, de 22/08/02, que, calcada na Convenção Internacional sobre Diversidade Biológica, recomenda a adoção de medidas preventivas e de erradicação e controle de espécies exóticas invasoras.

Dentre as normas citadas precisamos ainda destacar alguns princípios previstos na Convenção Internacional de Diversidade Biológica:

- O Princípio 1 estabelece que: *dada a imprevisibilidade dos impactos de espécies exóticas invasoras sobre a diversidade biológica, esforços para identificar e prevenir introduções acidentais, tanto quanto referentes a introduções intencionais, devem fundamentar-se no princípio da precaução. A falta de certeza científica sobre o risco ambiental, social e econômico oferecido por uma espécie exótica de potencial invasor ou por uma potencial rota de dispersão, não deve ser utilizada como*

justificativa para não se definir ações preventivas contra a introdução de espécies exóticas de potencial invasor. Da mesma forma, a falta de certeza sobre a implicação de uma invasão biológica em longo prazo não deve ser usada como justificativa para adiar a implantação de medidas de erradicação, contenção ou controle.

- O Princípio 4 que estabelece: *responsabilidade aos Estados para que reconheçam seu risco potencial a outros Estados e como fonte potencial de espécies exóticas invasoras e para que assumam responsabilidade e ações apropriadas para minimizar esses riscos. De acordo com o artigo 3 da Convenção de Diversidade Biológica e o Princípio 2 da Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento de 1992, os Estados têm a responsabilidade de assegurar que as atividades dentro de sua jurisdição ou controle não causem dano ao ambiente de outros Estados ou de áreas além dos limites da jurisdição nacional. No contexto de espécies exóticas invasoras, atividades que podem ser risco ao Estado são: (a) A transferência intencional ou não intencional de espécies exóticas invasoras de outro Estado (mesmo que seja inofensiva no Estado de origem); e (b) A introdução intencional ou não intencional de uma espécie exótica para dentro do próprio Estado se houver risco de que a espécie possa se dispersar (com ou sem vetor humano) para outro Estado e tornar-se invasora.*

- Princípio 6 estabelece que: *os Estados devem promover a educação e a conscientização pública dos riscos associados à introdução de espécies exóticas. Quando medidas de mitigação forem necessárias, programas de educação e de conscientização pública devem ser iniciados para informar comunidades locais e grupos de setores relacionados sobre as possibilidades de dar apoio a essas medidas.*

- O Princípio 10 estabelece que: *Nenhuma introdução intencional deve ocorrer sem autorização da autoridade ou agência nacional responsável. Uma análise de risco, incluindo análise de impactos ambientais, deve ser realizada como parte do processo de avaliação antes que se tome uma decisão sobre autorizar ou não a introdução de apenas aquelas espécies que, com base nessa análise prévia, têm baixa probabilidade de causar risco inaceitável a ecossistemas, habitats ou espécies, tanto dentro do Estado como em Estados vizinhos. O peso da prova que uma introdução proposta apresenta baixo risco deve ficar com o proponente da introdução. Além disso, os benefícios antecipados de tal introdução devem sobrepor fortemente quaisquer efeitos adversos e custos relacionados. A autorização de uma introdução pode, quando apropriado, ser acompanhada por condições estabelecidas (por exemplo, de um plano de mitigação, procedimentos de mitigação ou requerimentos de contenção). O princípio da precaução deve ser aplicado em todas as medidas acima mencionadas.*

- O Princípio 10 continua: *Uma vez que o estabelecimento de uma espécie exótica invasora tenha sido detectado, os Estados devem tomar atitudes práticas*

como a erradicação, a contenção e o controle para mitigar impactos adversos. As técnicas empregadas para erradicação, contenção ou controle devem ser de bom custo-benefício, seguras para o ambiente, as pessoas e socialmente, culturalmente e eticamente aceitáveis. As medidas mitigadoras devem ser implantadas nos estágio mais inicial possível da invasão, com base no princípio da preocupação. Ainda, a detecção precoce de novas introduções de espécies invasoras ou potencialmente invasoras é importante e precisa ser aliada à capacidade de se realizar ações rápidas para resolver o problema.

Questiona-se: é preciso que um Estado legisle sobre o tema diante da legislação citada? A resposta é inequivocamente sim. Isto porque a legislação acima mencionada trouxe para o ordenamento jurídico princípios gerais sobre o tema. Princípios estes que devem servir de base para a regulamentação e a legislação regional. O Paraná precisa de uma lei que, baseado nos princípios enumerados na legislação federal, regule a forma do manejo, cultivo e uso geral dessas espécies exóticas. Como estas espécies serão controladas, como as invasões já existentes serão controladas ou exterminadas, e ainda como poderá o poder econômico manipular estas espécies quando houver interesse. Enfim, o Estado precisa disciplinar o tema diante dos interesses regionais e da máxima constitucional de preservar o Meio Ambiente.

Desta forma precisa-se entender que as espécies exóticas invasoras produzem mudanças e alterações nas propriedades ecológicas do solo, na ciclagem de nutrientes, nas cadeias tróficas, na estrutura, dominância, distribuição e funções de um dado ecossistema, na distribuição da biomassa, na taxa de decomposição, nos processos evolutivos e nas relações entre polinizadores.

Que estas espécies exóticas invasoras podem produzir híbridos ao cruzar com espécies nativas e eliminar genótipos originais, ocupar o espaço de espécies nativas levando-as a diminuir em abundância e extensão geográfica, aumentando os riscos de extinção de populações locais.

Ou seja, as espécies exóticas invasoras são uma ameaça ao Meio Ambiente, à sua biodiversidade e uma ameaça a economia local. Observe-se o exemplo dos milhões de dólares gastos pela Itaipu Binacional no controle do mexilhão dourado. Esta espécie é uma exótica invasora. Veja quantas propriedades no Norte do Estado (solo extremamente fértil) estão sendo abandonados pela invasão de uma espécie de vegetação exótica invasora conhecida como amarelinho. Isto para citar dois exemplos que já acontecem no Paraná, que poderiam ser ilustrados com o caramujo africano no litoral, a tilápia nos rios de todo o Estado, etc.

Mas, exemplos do problema das exóticas invasoras são internacionais. Existe segmento da ONU só para cuidar do tema. Os Estados Unidos gasta anualmente valores bilionários para o controle e a erradicação das espécies exóticas invasoras.

Estas espécies invasoras também são responsáveis por inúmeras patologias humanas e não humanas, o caso mais fácil de se observar é a doença dengue. O mosquito vetor da doença é uma espécie exótica invasora.

O objetivo maior de qualquer ação de prevenção, controle e/ou erradicação de espécies exóticas invasoras é a conservação da biodiversidade, e não simplesmente a remoção de plantas, animais e outros seres vivos. Garantindo-se não só o nosso Ambiente, mas a própria capacidade econômica do Estado.

Diante de todo o exposto só tenho que conclamar a esta Casa de Leis que possamos enfrentar este problema sócio-econômico e ambiental que está em nossos quintais.

PROJETO DE LEI Nº 185/09

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública: Rotary Clube de Irati, com sede no Município de Irati/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27/04/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

O Rotary Clube de Irati funciona ininterruptamente nesta Cidade desde 1941 tendo completado 67 anos de atividades. Além das reuniões semanais com seus membros, desenvolve junto à comunidade diversas atividades entre as quais se destacam: inclusão digital, projeto Boa Visão, parceria com Associação Agricultores, doação de brinquedos e diversas atividades que visam o bem estar da população especialmente os menos assistidos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

É com satisfação que esta Presidência anuncia a presença do Vice-Prefeito de Assis Chateaubriand, o Sr. José Costa. Seja bem-vindo a nossa Casa. O pedido foi feito pelo Deputado Professor Lemos.

Pequeno Expediente:

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queria inicialmente, convidar a todos os Deputados para uma Audiência Pública que vai acontecer no dia 29 de abril, nesta quarta-feira, das 8h às 12h dos povos e comunidades tradicionais, com objetivo de criar a Frente Parlamentar de Apoio a Luta dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná.

Estamos esperando mais de 350 pessoas, vindas das mais diversas regiões do Estado, muito faxinalenses da Região Centro-Sul, Região Metropolitana, também os representantes dos povos indígenas, pescadores, cipozeiros, ilhéus do Paraná. É um trabalho que estamos fazendo há bastante tempo nesta Casa e esperamos contar com a presença do maior número possível de Parlamentares, já que esta é uma luta estratégica para a construção da identidade do Paraná e a favor da distribuição de renda, de apoio à agricultura familiar e setores tradicionais da agricultura e o do povo paranaense.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, da mesma forma, hoje pela manhã tivemos uma Audiência sobre a democratização da internet. Essa Audiência faz parte do conjunto maior de reuniões que aconteceram neste final de semana em Curitiba, na luta pela democratização dos meios de comunicação. Fizemos uma moção de apelo a esta Casa, ao Presidente da República, fizemos reunião com o Governador Requião, Sindicato dos Jornalistas, e a Presidência da República convocou finalmente a primeira Convenção Nacional sobre a Democratização dos Meios de Comunicação.

E a preocupação das pessoas que aqui estiveram, vários representantes de várias entidades, como a Casa Brasil, Interozes e outras entidades, é com a lei do Senador Eduardo Azeredo, que trata de punição de crimes na internet, ela acaba trazendo uma série de problemas para a liberdade de expressão e prejudicando grandes avanços que a internet trouxe para a comunicação brasileira.

Na próxima Sessão vou ler alguns manifestos que foram entregues. Não posso fazer isto hoje porque vou tratar de outro assunto, mas quero adiantar já a importância da Audiência que aconteceu na manhã de hoje na plenarinho desta Casa.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que me traz fundamentalmente à tribuna na tarde de hoje é mais uma ação para tentar resolver o gravíssimo problema da VIZIVALE. Recebemos esta manhã nesta Casa vários professores que fizeram o curso. Vou citá-lo, estão todos aqui na tribuna de honra desta Casa: está conosco a professora Eunice Alberton, do Município de Salto do Lontra, do Sudoeste paranaense; a professora Eliane Vendruscolo, de Santa Izabel do Oeste; a professora Sirlei Dambros, de São João; a professora Sonia March, de Capitão Leônidas Marques; o Vereador Élio Alves, do Município de Ampére, Presidente da ACAMSOP, Associação das Câmaras Municipais; o Vereador Setembrino Fabris, de Bom Sucesso do Sul; o Prefeito Elson Munaretto, que é o Presidente da AMSOP; e a professora Lisa Claudia Dala Nora, que é representante dos professores da VIZIVALE, que foi escolhida numa grande Assembleia que tivemos aqui, uma Audiência Pública nesta Casa, já há mais de um ano, estamos acompanhando essa luta incessante para reconhecer os diplomas para 30 mil professores que fizeram o curso da VIZIVALE.

Está também a professora e advogado Valéria Reschette, que tem acompanhado o nosso trabalho e demais Deputados desta Casa de Leis.

Esses professores estão fazendo uma verdadeira peregrinação pelo Paraná, mobilizando os demais professores, são 30 mil. Estão entregando convite para cada Deputado desta Casa, em cada gabinete, para um grande ato público em defesa da certificação dos professores, num Programa Especial de Capacitação para Docentes no Estado do Paraná, que vai acontecer no dia 15 de maio de 2009, em Francisco Beltrão. Esse grande encontro vai reunir centenas de professores. Começa às 13h30, no salão do Ginásio Algodão, em Francisco Beltrão. Na abertura será apresentado um vídeo da aula inaugural e da formatura desse curso da VIZIVALE, e exposição sobre leis.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Lá teremos momentos de falas das tutoras do curso, fala dos alunos voluntários. Depois temos na pauta o encaminhamento de propostas, a fala das autoridades e o encerramento desse ato de mobilização para que possamos, enfim, encontrar uma solução, uma luz para esse gravíssimo problema. Este panfleto também vai ser distribuído e temos aqui um jornal que esclarece todos os pontos de vista sobre a questão da VIZIVALE.

O convite é formulado da seguinte maneira:

(Lê):

Prezado(a) Senhora(a):

Através do presente estamos dirigindo-nos a V. Sa. para convidá-lo a participar conosco do Ato Público que acontecerá no Centro de Eventos de Francisco Beltrão, no dia 15/05/09 (sexta-feira).

Este manifesto será em favor a diplomação de 30 mil alunos que concluíram o Curso Normal Superior pela IESDE/VIZIVALE em 2005 e estão encontrando dificuldade em receber o diploma. Já contamos com o apoio da ACAMSOP, AMSOP, AMOP e UVEPAR.

Segue anexo panfleto que explica em detalhes.

Sua presença é muito importante, participe.

Certos de poder contar com sua valiosa presença, aproveitamos para renovar protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

(a) EUNICE DE SOUZA ALBERTON

Presidente da Comissão

O clima está chegando ao nível de revolta generalizada. Fiz algumas palestras em alguns Municípios e a situação é traumática. Existe um clima até de desespero de alguns professores, uns que já estão em via de se aposentar, que se sacrificaram, pagaram R\$ 4 mil por esse curso que durou mais de dois anos. Fizeram o curso na mais absoluta boa fé, já que o Conselho Estadual que é o órgão representativo da sociedade do Estado Paranaense aprovou a realização desse curso. O curso aconteceu de fato, a própria Secretária Yvelise, quando tivemos audiência em Brasília,

discorreu sobre esse curso. Ela falou ao Ministro da Educação pessoalmente, falou muito bem e mostrou uma posição muito sensível da resolução desse problema que aflige uma parte importante da população paranaense. Mais do que isso, atinge também as nossas crianças, porque desses professores, 8 mil não estão em sala de aula, fizeram concurso, foram aprovados, 300 Municípios paranaenses com professores aprovados.

E agora, tem o problema que foram aprovados, os Prefeitos, com medo de terem suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas, estão ameaçando em muitos casos demitir os professores, alguns tiveram ascensão de carreira, estão arriscando perder essa ascensão funcional.

É uma coisa gravíssima, que traz prejuízo para os professores e para as crianças paranaenses, porque no momento em que todo País se volta para a Educação, inclusive o Governo Federal, com muita propriedade, com muita competência, o Ministério da Educação, uma série de programas do PDE, agora as Conferências de Educação. Hoje tivemos, pela manhã, a informação de que 350 Municípios do Paraná vão realizar Conferência Municipal de Educação para escolher representantes para as Conferências Estaduais e Conferência Nacional, que vai ser realizada no ano que vem. Não é possível essa insensibilidade do MEC.

O último discurso que fiz, usando o horário da Liderança do PT, dizia que não acredito em mais nenhuma possibilidade. Acho que os caminhos administrativos estão esgotados, fomos várias vezes a Brasília. Na última reunião, em dezembro, tínhamos uma grande delegação paranaense, a Secretária Yvelise, dois representantes da Secretária Lygia, eu, Professor Lemos, Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, Presidente da UNDIME do Paraná, Vice-Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, Deputado Federal Ângelo Vanhoni e Serraglio, vários Deputados Estaduais, uma grande delegação, alguns Prefeitos. O MEC simplesmente nomeou uma comissão. O Ministro foi insensível ao nosso apelo. Foi nomeada uma comissão e até agora muito pouco se resolveu. Não se esclareceu nem sequer se vai ser possível se consolidar uma parte das matérias feitas pelos alunos que estavam naquela época no exercício efetivo do magistério.

Não é possível mais esperar e o caminho é a mobilização, em primeiro lugar. Essa mobilização deve se estender do Sudoeste para as demais regiões do Estado, chegando a Curitiba e a todo Paraná. Mobilização e atos públicos de rua para sensibilizar as nossas autoridades. Esse é o caminho que estamos lutando e apoiando. E é um caminho que está sendo construído de forma espontânea, não foi o Deputado Péricles e nem outro Deputado que incentivou esses professores a se manifestarem. Eles, de forma espontânea, organizaram essa grande manifestação. E o Sudoeste, que é um povo muito valente, com muita coragem, tem uma história muito bonita, está dando a luz para a população paranaense e para os professores das demais regiões do Estado. Estão de parabéns os nossos professores, principalmente os da Região Sudoeste do Paraná.

Outro caminho é o caminho jurídico. Estamos conversando com alguns advogados, buscando ações coletivas para conseguir registrar os diplomas e garantir a função desses professores que foram aprovados em concurso. E temos uma esperança ainda de convencer o nosso Governador Roberto Requião, que tem levantado a sua voz em questões gravíssimas, mesmo que entre em conflito com o Governo Federal. Em muitos momentos tem criticado o próprio Governo Federal, que é do meu partido, mas entendemos a crítica, a autonomia do Governador, sabemos da sua coragem e determinação. Temos a expectativa de convencer o nosso Governador, que nos apoie nessa luta que é uma luta justa.

Se houve problemas com o IESDE, vamos fazer uma Comissão Parlamentar nesta Casa. Só pelo que sofreram esses alunos, o IESDE merece pagar pelos erros que cometeu. Mas não é pelos erros do IESDE que 30 mil pessoas que fizeram cursos aprovados pelo Conselho Estadual, e se houve algum problema, quem tinha que fiscalizar esse problema e impedir que acontecesse era o próprio Conselho Estadual de Educação e a Secretaria de Ciência e Tecnologia, na época, e não o fez.

Por isso, esses alunos e a educação pública do Paraná, principalmente os nossos Municípios e a vida das nossas crianças não pode ser prejudicada. Por isso vamos fazer uma reunião depois, um diagnóstico preciso, o advogado que contratamos é um advogado respeitado pelo próprio Governador, muito competente em Direito Administrativo. Queremos fazer uma reunião acompanhado pelos demais Deputados, pela Associação dos Municípios do Paraná, representantes dos professores, para sensibilizar o Governador, porque acredito que derrubando o veto do Governador, e isso vai acontecer, porque esta Casa aprovou por unanimidade o projeto de minha autoria, que foi emendado pelo Deputado Caíto, temos certeza que derrubando o veto, com a sensibilidade do Governador, as nossas instituições estaduais poderão e deverão registrar o diploma desses professores.

Obtive junto a URPG o histórico do curso normal superior que aquela instituição faz ainda e formou várias turmas. Estamos comparando com o Curso da VIZIVALE e temos certeza que temos todos os argumentos para sensibilizar o Governador e derrubaremos o veto. As nossas instituições de ensino superior cumprirão um grande papel de instituições públicas a favor do nosso povo registrando o diploma desses 30 mil alunos.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Já tive a oportunidade de acompanhar várias ações neste Casa com relação ao assunto em pauta. V. Exa. mesmo também já teve a oportunidade de ocupar o espaço nessa tribuna por várias vezes, já gestionou diversas vezes Audiências e comungo com que V. Exa. vem afirmando nessa oportunidade. Não podemos mais conviver com a insegurança que os nossos professores e alunos estão vivendo neste momento no Estado do Paraná.

Estaremos junto nesse movimento capitaneado pelos professores da Região Sudoeste do Paraná, pelos Srs. Prefeitos, e tenho certeza que será um movimento ordeiro de reivindicação, buscando aquilo que realmente os nossos professores merecem em termos de atenção das autoridades governamentais.

Por isso quero manifestar aqui meu apreço aos professores e o nosso comprometimento de estarmos nessa luta.

O Sr. Nereu Moura (PMDB)

Cumprimento V. Exa. por estar à frente nessa questão. Apresentou um projeto de lei, aqui, através do qual V. Exa. permitia que as universidades estaduais reconhecessem os diplomas dos professores formados através da VIZIVALE e IESDE e o Deputado Caíto Quintana e todos nós fizemos um substitutivo geral que pôde, na verdade, contemplar os interesses inclusive do Governo do Paraná.

Acho que está na hora de o Presidente da Assembleia, Deputado Nelson Justus, que poderia pôr essa proposta em Plenário para apreciarmos definitivamente.

Esse é o ponto que podemos fazer para colaborar, porque é um anseio não só dos professores da região, do Paraná inteiro, são 30 mil que se formaram através do curso à distância, mas de toda a nossa sociedade, por exemplo, aqui representados pelo Presidente, o Prefeito de Bom Sucesso, Sr. Celso Monareto; o Presidente da ACMSOP, o Vereador Elio Alves, e por milhares de lideranças que querem uma solução para esse problema.

Pedi para o Presidente Nelson Justus para colocar em Plenário a votação desse veto, a fim de que possamos encaminhar uma solução para essa questão, e quero parabenizar V. Exa. pelo grande esforço que está fazendo no nosso nome, em nome da Assembleia Legislativa, com a nossa participação, mas V. Exa. tem conduzido muito bem essa situação, objetivando encontrar uma solução para esse grave problema aqui no Paraná.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Obrigado, Deputado Nereu, acho que esse é o caminho, marcarmos uma data para a votação do veto, mobilizarmos os estudantes e sensibilizarmos o Governador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, visitantes e telespectadores que nos dão a honra acompanhando as Sessões.

Estamos dando oportunidade aos paranaenses, que mandem e-mail com alguma sugestão, crítica, aparece embaixo quando estamos falando o nosso e-mail, e cada

e-mail com a sugestão dos paranaenses trazemos para a tribuna, porque aqui tem Deputados e Deputadas que assistem, às vezes, o Governador, às vezes o Secretário de Estado, autoridades, é mais fácil para a reivindicação dos paranaenses chegar até as nossas autoridades.

Tenho aqui o e-mail da Sra. Rosângela Aparecida Ximenes. Ela manda para todos nós Parlamentares: “Sabemos que no Paraná, como em outros Estados brasileiros, a criminalidade está presente na Região Metropolitana da Capital e das Cidades - Polos, as quais são as Regiões Metropolitanas de Curitiba, Londrina, Foz do Iguaçu, Cascavel, Maringá, Ponta Grossa, Guarapuava, Toledo, com alto índice de criminalidade nessas Cidades, os policiais que trabalham nessas áreas estão submetidos a um risco muito maior de sua integridade física”.

Você tem razão! Isso ocorre em todos os lugares, mas nos centros maiores a violência é grande e a Rosângela tem razão. Ela sugere uma gratificação extra para estabelecer localidade especial nessas zonas de maior risco para os policiais militares.

Alô Comandante da Polícia Militar, alô Secretário da Segurança, Sr. Governador, está aí uma ideia para ser analisada. O policial tem que ganhar bem, sim.

Tem um e-mail da Marlene Aparecida: “Sr. Antonio Belinati, sou a pessoa que mandou um e-mail para o seu sobrinho, o Marcelo Belinati, que foi o Vereador mais votado em Londrina na eleição anterior e na última eleição.” Meu sobrinho foi o mais votado para Vereador em Londrina, com mais de 8 mil votos. É um Vereador dinâmico, competente, médico ortopedista, pessoa extraordinária, humana, o Marcelo Belinati.

Essa cidadã mandou um e-mail para ele, porque a Prefeitura de Londrina está construindo mais dois quiosques no Terminal Central de Transporte Coletivo e ela, desesperada com essa crise de desemprego, está tentando a nossa colaboração no sentido de sensibilizar o atual Prefeito interino de Londrina para que arranje um quiosque. Boa sorte. Espero que você consiga, porque está demonstrando que quer trabalhar, viver com o fruto do suor do seu trabalho. Parabéns!

Aqui o e-mail do Sr. Antonio Simões: “Sr. Belinati, lamento que o senhor não tenha sido empossado em Londrina. Perante os eleitores o senhor mostrou ser o preferido, e a voz do povo não é mais a voz de Deus?” Interessante, ele está dizendo que nós ganhamos as eleições, fomos o preferido pelos eleitores e ele indaga: “Mas e a voz do povo não é mais a voz de Deus?” Infelizmente não!

Percebi nesse e-mail - alô Governador Roberto Requião - percebi nesse mês um aumento do ICMS na conta de luz em 2% de 27%. O ICMS, na conta de luz, pulou para 29%. No momento em que os Governos estão reduzindo a carga tributária, nosso Governo aumenta a alíquota. Era mesmo necessário esse aumento? O Governador Roberto Requião deu um presente de amigo do Tamanduá Bandeira para o povo do Paraná. A conta de luz dos paranaenses já era cara. Tem muita gente que às vezes chega no final do mês com a luz cortada porque não

tem dinheiro para pagar a conta de luz ou o telefone. O que tem de gente com o telefone celular mudo, e o Governador Requião entendeu que a luz estava barata, mandou um projeto para esta Casa, que foi aprovado, e a luz acabou ficando mais cara, impondo um sacrifício ainda maior para o povo do Paraná.

Temos Eliandra Galcoski, que diz: “Venho através deste colocar minha indignação referente ao DETRAN de Cascavel”. Alô autoridades de Cascavel! Não é minha base política, mas temos que trabalhar aqui por todo o Paraná. Diz aqui a Eliandra: “Estive hoje nesse órgão público para fazer transferência do meu carro. Quando lá cheguei, tinha apenas 30 pessoas na minha frente, para apenas dois atendentes”. Alô, Sr. Diretor do DETRAN e Governador Requião! Precisa colocar mais funcionários do DETRAN, no Instituto Médico Legal, contratar mais professores, mais policiais civis, mais policiais militares, mais bombeiros para o povo ser melhor atendido. É um absurdo, como no caso dessa cidadã, chegar ao DETRAN de Cascavel, enfrentar fila, muitas vezes termina o horário de atendimento e a pessoa volta para casa sem ser atendida, e não é caridade, não é esmola, porque todos pagam, e pagam caro, para o emplacamento do carro, para retirar a carteira de habilitação, para renovar a carteira de habilitação, ou para retirar pela primeira vez o RG, ou para retirar uma 2ª via da sua identidade. O povo paga, e paga caro.

Então, o Governo, que está cobrando bem, cobrando até além do que devia, deveria melhorar, sim, com mais funcionários, o DETRAN, o Instituto Médico Legal e também o Instituto de Identificação. Colocar mais funcionários para que os paranaenses sejam atendidos com mais rapidez.

E tenho do Cláudio Aparecido, que diz: “Boa-noite, Deputado Belinati! Sou de São Jorge do Ivaí e preciso, Deputado, de sua ajuda sobre o concurso da Polícia Militar do Paraná. Tenho 31 anos e sonho em honrar as cores da Polícia Militar, mas o problema é a idade que é exigida, entre 18 e 30. O edital, acredito que sairá por volta do mês de agosto”. Bom, Presidente Nelson Justus, quer dizer que, pelo critério, para fazer concurso para a Polícia Militar, se a pessoa só poder ter de 18 a 30 anos de idade, acho que quem tem mais de 30 anos não poderia ser Deputado, deveria ser proibido de ser Deputado e o Governador Requião não poderia mais ser candidato nem a Governador e nem a Senador.

Viu, Deputado Marcelo Rangel, é inadmissível, no século em que estamos vivendo, com a modernidade, com a transformação que o mundo vem passando, um concurso da Polícia Militar exigir que a pessoa tenha, no máximo 30 anos de idade. Não são 30 anos de serviço, não!

Então, pelo organizador do concurso, quem tem mais de 30 anos de idade não presta para mais nada e tem que colocar um pijama e ficar em casa, porque está velho ou então tem que ir para um asilo ou para uma casa de repouso. Não é a minha opinião, não, mas é a opinião de quem está organizando um concurso desses. É um

absurdo, porque a pessoa com 30 anos de idade está no melhor para oferecer seu trabalho, a sua competência. Agora, proibir que a pessoa com mais de 30 anos de idade faça concurso da Polícia Militar, tem que ter menos de 30 anos, acho que quem elaborou esse edital não gosta de moço. Trinta anos é a idade máxima permitida para fazer concurso na Polícia Militar.

E lembrando que o povo está aí atrás de emprego, desesperado, com tanta propaganda do Governo, e vimos no final de semana, infelizmente, o FMI fazendo uma projeção de que o Brasil, neste ano, vai andar de marcha a ré. O Brasil não vai crescer nada e vai ter uma retratação, ou seja, infelizmente, com dor no coração, tomamos conhecimento dessa projeção pessimista. Tomara que os técnicos do FMI estejam equivocados, que o Brasil supere a crise, dê a volta por cima, porque a crise não é boa para os patrões, não é boa para os empregados, não é boa para o povo de um modo geral, não é boa para as nossas autoridades. Crise não é bom para ninguém.

Aqui no Paraná, em que pese tanta propaganda que estão alardeando pela imprensa, propaganda enganosa, mentirosa, agora veio, no final de semana, uma constatação da realidade do Paraná. O emprego aqui também está em decadência, também a oferta de postos de trabalho no nosso Paraná, contrariando e desmentindo as autoridades que vinham pregando uma mentira há muito tempo pela imprensa, infelizmente está havendo desempregos. Já detectaram mais de 2 milhões de desempregos em determinadas regiões do Brasil. E o que é triste para nós, que somos Parlamentares aqui do nosso querido Paraná, é que o desemprego está se agravando, está se acentuando também no nosso Estado, em outros tempos tido como Estado rico. Mas faz muito tempo que uma grande empresa não se instala aqui, fizeram tanta crítica ao Jaime Lerner porque estava trazendo várias indústrias para o Paraná, mas é preferível ser criticado porque está trazendo indústrias. Inclusive o Presidente Nelson Justus ajudou a trazer tantas indústrias quando Secretário da Indústria e Comércio.

Então, hoje nós estamos vendo, talvez por acomodação, talvez por comodismo, talvez pelo distanciamento de nossas autoridades, na realidade o emprego, aqui no Paraná, está regredindo. E se a pessoa está trabalhando, a vida já é difícil, amarga, sofrida, porque nem sempre o salário é combatível com o gasto que uma família tem para ter um padrão de vida razoável, agora imagine para quem está desempregado, daonde tirar o dinheiro para pagar os impostos da financeira, para a COPEL, a SANE-PAR, o telefone, o remédio, pagar o empório, o gás, o aluguel, pagar o transporte? O nosso apelo às nossas autoridades.

Não é crítica a ninguém especificamente, é apenas um apelo de muitos, militares de paranaenses para que as nossas autoridades, deem uma sacudida, mas uma sacudida bem forte para trazer investidores, trazer empresários e gerar o emprego que está faltando.

A Folha de Londrina publicou no final de semana uma matéria, que nos assustou, de que a COPEL estaria para demitir 700 funcionários. Foi manchete da Folha de Londrina. Agora, ainda bem que a direção da COPEL está desmentindo. Tomara que as empresas do Governo, sobre o comando do Governador Roberto Requião, garantam o emprego de quem está trabalhando e promovam, com urgência, os concursos que os e-mails estão pedindo, para professores, para bombeiros, policiais civis, militares, para trabalhar nas Secretarias de Estado, porque o Governo tem obrigação de gerar emprego, e acima de tudo contratando mais gente para o IML, para o DETRAN do Paraná. Com certeza a população será melhor atendida, numa prova de que o Governo respeita cada centavo do sofrido imposto que os paranaenses recolhem aos cofres públicos do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Osmar Bertoldi.

Deputado Osmar Bertoldi (DEM)

O SR. OSMAR BERTOLDI

Sr. Presidente, membros desta Assembleia.

Na verdade, Sr. Presidente, eu me dirijo a esta Casa por ter dado entrada a dois projetos de lei que dizem respeito ao manejo florestal do Estado do Paraná. O que dizem os projetos: dispõem sobre a utilização de madeira certificada na Administração Pública Estadual.

No artigo 1º, o Poder Executivo Estadual e todos os órgãos da Administração Direta e Indireta devem utilizar em suas obras públicas e na aquisição de móveis e outros materiais que, em sua composição, utilizem madeira, apenas madeira que contenha certificado de manejo florestal.

Todos criticamos a devastação da Amazônia, mas as Cidades, os centros urbanos, as Regiões Sul e Sudeste do País, que são as regiões mais desenvolvidas, são as grandes consumidoras da madeira extraída na Floresta Amazônica, na maioria das vezes de maneira ilegal.

Quando se fala que os cidadãos devem utilizar madeira com certificado de manejo, ou seja, aquela madeira que é ambientalmente correta, é aquela maneira que provém de uma floresta que tem todo um tratamento, de maneira que essa floresta nunca deixará de existir. Ou ela é uma floresta plantada, ou nativa, e tem um plano de manejo, em que uma determinada árvore só é extraída quando já se tem uma quantidade que garanta aquele ecossistema.

Após aprovada essa lei e o Governador sancionar, o Estado do Paraná estará dando um grande exemplo para a sociedade. Exemplo que pode servir, num futuro próximo, para a iniciativa privada.

Tenho certeza que o Governador Roberto Requião, apesar de ter cores partidárias diferentes da nossa, se sensibilizará por esta causa, assim como

milhares de pessoas que sabem da importância que tem aquela floresta para o bem, não só do Brasil, mas de toda humanidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos protocolando, no dia de hoje, um pedido de informações a Governadoria, para que nos responda, através da COPEL, sobre o plano de sucessão, que segundo as informações disponíveis, é um plano que estaria sendo apresentado aos funcionários da COPEL para aqueles funcionários que já estão aposentados pelo IGPS, mas que ainda não adquiriram o tempo suficiente para complementarem a sua aposentadoria pelo Fundo de Previdência da Fundação COPEL. Essas informações não contam que já houve um Plano de Demissão Voluntária há algum tempo atrás, onde 300 funcionários teriam aderido e cerca de 700 estariam agora, compulsoriamente, colocados nesse plano de sucessão, conforme está sendo discutido na diretoria. E a própria diretoria da COPEL estaria, até o momento, ainda em dúvida sobre alguns pontos da viabilidade ou não desse plano. Entre eles estamos questionando - ou pelo menos procurando saber - quais são as consequências para a COPEL por conta desse plano, se ele vier de fato a acontecer, por algumas razões.

Vou relatar aos senhores quais são as informações que estamos solicitando: quantos são os engenheiros e quantos são os técnicos que se enquadram nos critérios adotados pela empresa para aposentadoria compulsória; se há previsão de concurso público para selecionar os profissionais que irão substituir os servidores dispensados; se a empresa está estudando a possibilidade de terceirizar esse serviço; caso haja esse processo de terceirização, qual o custo estimado desse processo; se não houver revisão dessa medida, se a empresa dispõe de um cronograma de dispensa de funcionários; qual a posição do setor jurídico da empresa sobre a geração de um possível passivo trabalhista; e se procede a informação de que varia entre um e quatro anos o tempo máximo que esses servidores teriam para se aposentar.

Por que vamos fazer esse pedido, Srs. Deputados? Temos conhecimento que estariam dentre os funcionários que estariam habilitados nesse plano de sucessão, ou seja, aqueles que seriam dispensados, 189 técnicos. Isso significa que 50% do quadro técnico da COPEL estariam nessas condições, ou seja, estariam sendo dispensados sem que saibamos em qual prazo. Alguns falam em até 15 de março, que seria o prazo final por conta do calendário eleitoral, Deputado Cheida. Agora, o que nos preocupa? Que se não tivermos esse cronograma muito claro, teremos, de fato, um apagão técnico da COPEL. Estamos falando de cerca

de 700 profissionais, a maioria extremamente qualificada, que têm mais de 25 anos de empresa. Todos eles porque estariam com um período muito curto para requererem a complementação pela Fundação COPEL, sem que saibamos qual é o impacto financeiro e se há um impacto com possível passivo trabalhista que a COPEL geraria. Essa é uma avaliação que está, hoje, sendo feita inclusive pelos sindicatos. É óbvio que esta Assembleia, sempre responsável, inclusive no que diz respeito à fiscalização, tem que receber essas informações.

Espero que possamos aprovar, no dia de hoje, ou se for para discutir aprovarmos no dia de amanhã, mas que possamos enviar para que tenhamos clareza do que está acontecendo de fato. O clima que temos dentro da COPEL, hoje, é um clima de muita apreensão. Tenho conversado com diversos técnicos, diversos engenheiros dentro da COPEL, e há um clima de muita preocupação, porque muitos desses profissionais, como eu falei, que já adquiriram o tempo pelo regime geral de previdência social e que não adquiriram pela Fundação COPEL, argumentam que teriam condições de melhorar sua condição profissional se pudessem ficar mais seis meses, mais um ano, mais dois ou três anos. É claro que isso depende da empresa e a ela compete dizer se ficam ou não, mas acho que a nós é possível sabermos antecipadamente essas ações, Sr. Presidente, até porque elas vão impactar.

A COPEL é uma empresa que tem ações em bolsa. A COPEL é uma empresa que tem tido a responsabilidade sempre, e antecipadamente, de fazer esses anúncios. Não estamos aqui absolutamente criando uma situação de pânico, e nem pretendemos, ou de dizer que a COPEL está agindo irresponsavelmente. Muito pelo contrário, acho que a COPEL está dentro daquilo que lhe compete, fazendo programas e projetos que são de sua alçada e de sua competência. Acontece que essas informações vêm e nem sempre vêm a público de uma forma transparente. Pode ser que estejam chegando apenas parcialmente e, por chegarem parcialmente, poderão desencadear um processo que me parece extremamente ruim para a sociedade paranaense, que é detentora da maioria da COPEL e que precisa saber se, de fato, como estamos solicitando aqui, se houver esse processo, se isso não poderá gerar um apagão técnico na COPEL.

Por que digo isso? Porque a partir do momento, Sr. Presidente, que for deflagrado um processo, mesmo que ele dê 10 meses para que essas demissões ocorram, ou essa compulsoriedade ocorra, se todos esses 700 funcionários que estão nesse processo, por alguma razão, parte deles, suponhamos que a metade deles resolva, ainda no mês de maio, requerer o seu direito ou a sua aposentadoria, teremos um problema sério. E se a COPEL não tiver a previsão antecipada de suprir esses profissionais, através de um concurso público, fatalmente cairá em uma terceirização. E aí entra a segunda pergunta que queremos que seja respondida: se essa terceirização não acabará sendo mais cara para a COPEL do que a manutenção desses funcionários por mais um, dois ou três anos?

Então, era essa a consideração que eu queria fazer. Estou apresentando esse pedido de informações à Mesa para que possa ser apreciado na tarde de hoje. E, obviamente, vamos solicitar ao líder do Governo para que seja aprovado e, se for discutido, que possamos aprová-lo amanhã. Agora, me parece que esta Casa tem todas as condições de anterioridade que já vivemos. Eu participei da CPI da COPEL e sabemos que o que mais pode contribuir para a COEPL continue sendo uma empresa extremamente forte como o é, é a transparência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próxima oradora inscrita no Pequeno Expediente, Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero endossar as palavras do nosso líder de bancada, Deputado Péricles de Mello, ao mesmo tempo cumprimento as professoras, alunas da VIZIVALE e também a Presidente da ACAMSOP 13, o Elio Alves, o Presidente da AMSOP, o Prefeito Elcio Monaretto. E parabenizar pela organização desse ato público, no dia 15, em Francisco Beltrão.

Então, quero aqui reforçar as palavras do nosso líder de bancada, Deputado Péricles. Precisamos achar uma saída para esse problema e essa saída é urgente. É um assunto que vem em debates há um bom tempo. Aqui nesta Casa já tivemos grandes reuniões, grandes debates, já estivemos juntos com o nosso líder em Brasília, debatendo junto ao MEC, junto às demais organizações que também vêm acompanhando toda essa problemática dos diplomas da VIZIVALE. Acredito que é o momento de unir as forças do nosso Estado e buscar uma solução. Se houve erros, houve, e acredito que por parte de todos que estavam envolvidos nesse processo, começa com a questão do IESDE, começa também junto com isso a própria questão da VIZIVALE e o Conselho Estadual de Educação. Agora, não podemos deixar que os professores, os alunos, paguem por isso.

Então, é preciso que, neste momento, possamos unir as nossas forças para discutir uma saída o mais breve possível. E ainda acho e acredito que uma das saídas mais rápidas possíveis é realmente, aqui, o projeto do Deputado Péricles de Mello, no qual então as nossas instituições, ou pelo menos a Universidade de Ponta Grossa, poderia emitir esses diplomas da VIZIVALE.

Então, fica aqui também o meu comprometimento, já estamos nessa luta há um bom tempo, mas o meu compromisso é continuar acompanhando todo esse trabalho, toda essa organização, para resolvermos esse problema da VIZIVALE.

Quero parabenizar o Deputado Péricles de Mello, porque desde o início está muito empenhado buscando uma solução para isso.

Também quero deixar um comunicado, um informe de como foi a nossa primeira Audiência pública no Município de Prudentópolis, sobre o Código de Lei Florestal. Quero agradecer muito a presença dos Deputados Marcelo Rangel, Felipe Lucas, que estiveram acompanhando, junto com centenas de agricultores, com entidades, mais de 10 Municípios estiveram presentes naquela Audiência Pública, bem produtiva, Deputado Marcelo Rangel, acredito que V. Exa. também deve concordar comigo, na qual houve muitas propostas que foram levantadas nessa discussão, ou nessa preocupação que têm hoje os nossos agricultores com relação à averbação dos 20% da sua propriedade como reserva legal. Na Audiência surgiram muitas propostas que tenho certeza que no final de todas as Audiências, no documento que pretendemos elaborar, porque esse é o objetivo das Audiências, não temos aqui o poder de mudar a lei, porque é uma lei federal, mas podemos oferecer propostas e essas propostas têm que vir da sociedade organizada, e por isso o objetivo, Deputado Cheida, das Audiências, e agora no final da rodada, porque já temos seis Audiências Públicas agendadas, pretendemos elaborar um documento com todas as propostas levantadas e entregar isso à Comissão de Agricultura na Câmara Federal, entregar essa mesma proposta no Ministério do Meio Ambiente e também no Ministério da Agricultura, para ver se conseguimos chegar num senso comum e ver como é possível conciliar a questão ambiental e a questão socioeconômica.

Então, é muito importante este debate, é muito importante a presença das pessoas, e quero aqui reforçar o convite a todos os Deputados que tenham interesse, estamos promovendo agora a segunda Audiência Pública que vai acontecer no Município de Francisco Beltrão, no dia 30, a partir das 13h30, no auditório da UNIOESTE, e essa Audiência Pública, além da Comissão da Agricultura que está promovendo, também conta com apoio da AMSOP e ACAMSOP, do grupo gestor do território do Sudoeste do Paraná.

Então, é muito importante a presença dos Parlamentares para que possamos ter um grande debate também nessa segunda Audiência Pública e esperamos também, depois, claro, prosseguir até o final do mês de maio, queremos realizar no mínimo seis Audiências e aí sim marcar essa Audiência Pública maior do Estado que, com certeza, será aqui na Assembleia Legislativa, onde estaremos já entregando o documento para a Comissão de Agricultura, que está debatendo este assunto e também, depois, pretendemos levar esse documento até Brasília.

Seria isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Agradeço a oportunidade, reforçando o convite aos Srs. Deputados para o debate do Código de Lei Florestal.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, no Grande Expediente, com a palavra o Deputado Nereu Moura.

Deputado Nereu Moura (PMDB)

O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

De fato, o Deputado Péricles abordou aqui a questão da VIZIVALE, temos que assumir esta bandeira e lutar para resolver esse problema, afinal de contas são 30 mil pessoas no Paraná, fora seus familiares que estão num momento de angústia, de desespero, porque fizeram o curso à distância, arcaram com as despesas e hoje não conseguem ter o diploma.

Por isto tenham todos o nosso apoio integral, a nossa solidariedade, o nosso esforço para resolver esse problema.

Sr. Presidente, estava em casa semana passada assistindo televisão, e eu vi uma briga do Ministro Presidente do STF, Gilmar Mendes, e do Ministro do STF, Joaquim Barbosa. Uma briga feia, degradante. Mas o que me leva a falar aqui sobre esse episódio é o comportamento do Ministro Joaquim Barbosa, dizendo para o Ministro Gilmar Mendes, Presidente do STF: “Ministro Gilmar Mendes, saia à rua, vai à rua para saber como será acolhido.”

Dá, na verdade, Deputado Dr. Batista, uma impressão neste País que o Poder Judiciário não é para sair à rua para receber aplausos. O Poder Judiciário é para zelar pelas leis. É um magistrado que está acima do bem e do mal para zelar as leis.

Mas o que quis dizer o Ministro Barbosa? Saia às ruas para ver se você é aplaudido como eu, como se fosse um jogador de futebol fazendo um chapeuzinho no adversário, dando uma bicicleta, marcando um gol de placa. Juiz, me entristeceu, Deputado Nelson Justus, porque ficamos com a impressão: que Justiça nós temos? Qual o norte, qual o horizonte de um Poder Judiciário da Suprema Corte Brasileira, quando um Ministro do Supremo quer aplauso nas ruas? Quer ser aplaudido pelas pessoas. É triste e preocupante para nós, porque o Poder Judiciário tem que estar acima do clamor das ruas. Muitas vezes o clamor das ruas é, na verdade, manipulado, às vezes manobra de algum discurso, às vezes mal intencionado. Não é fácil para nós observarmos as distorções que existem neste País, saber que o Poder Judiciário, que é a esperança da Justiça mais soberana, legítima e cristalina, possa estar sendo conduzido com o pensamento do clamor das ruas, esquecendo a Bíblia fundamental de um Juiz do Poder Judiciário que é decidir em cima do que está escrito, na lei, na Constituição, como grande zelador das leis deste País, como deve ser o Poder Judiciário, especialmente o Supremo Tribunal Federal.

Não quero falar aqui da briga dos Ministros do Supremo, porque como ser humano a briga pode ocorrer aqui ou lá. Apenas fiquei triste ao ver a preocupação do Ministro Joaquim Barbosa, Promotor de Justiça, ontem, ao ler uma matéria na revista Veja, pude entender. Dizia o seguinte: *O Ministro Joaquim Barbosa está mais para Promotor de Justiça do que para zelador da Constituição Brasileira, que é o papel do Supremo Tribunal Federal.*

Mas, hoje não está sendo fácil, principalmente para nós políticos, porque a política caiu numa vala terrível, principalmente para a imprensa. Estava acompanhando na semana passada o escândalo das passagens do Congresso Nacional. Ora, que escândalo! Se escândalo há, há um costume da Câmara dos Deputados e do Senado Federal que até ontem era normal. Um costume que todos os Deputados utilizavam o crédito de passagens para fazer o que queriam. Mas, de repente, da noite para o dia, todos os Deputados do Brasil, os Deputados Federais, os honestos e os desonestos, passaram a fazer parte de uma quadrilha de ladrões. Ora, se utilizavam de um costume, regras estabelecidas há décadas no Congresso Nacional. Mas, de repente, olhando a imprensa, os Deputados passaram a fazer parte de uma quadrilha, segundo a grande imprensa nacional.

Não estou dizendo se é certo ou errado. Talvez seja errado, mas era regra. Se o Deputado utilizava a passagem lá no Congresso, porque era regra, se erro existe é do Congresso e não do Deputado. Mas, Deputados que eu tinha e tenho um apreço enorme, acompanho a vida dessa gente há anos e anos, semana passada passaram a ser considerados formadores de quadrilha.

Não está fácil ser político, Deputado Waldyr Pugliesi. Acontece um problema e o nome vai para os jornais. Até provar o contrário, tornar-se muito difícil. Estava lendo um jornal ontem que dizia: *Filho do Deputado Jader Barbalho constroi uma casa.* Ora, será que o filho do Deputado Jader Barbalho não pode construir uma casa? E o Jader Barbalho, pelo que conhecemos, é um dos homens mais ricos do Pará, tem uma rede de televisão, jornal no Pará. Mas é o filho do Deputado que está construindo uma casa. E ele não pode construir, porque se está construindo, provavelmente o dinheiro seja surrupiado dos cofres da Prefeitura. É essa a suposição que se faz!

Ano passado um Prefeito de uma Cidade minha foi denunciado pelo Ministério Público como formador de quadrilha, por crime de peculato, por corrupção passiva, por corrupção ativa e por tantos outros crimes, com amplo estardalhaço. Semana passada a Juíza da Comarca mandou arquivar as denúncias, todas, uma a uma, e sequer uma notinha saiu, Deputado Cheida. Mas, o Prefeito ficou não lá na Cidade, porque lá a população tomou conhecimento do fato. Mas no Paraná inteiro ficou como se o cidadão fosse formador de quadrilha e outras tantas coisas.

Por isso não está fácil de ser político nesta País. Já pensei várias vezes em abandonar meu mandato de Deputado e não mais disputar eleição. Afinal de contas, não está fácil! Procurei, ao longo da minha vida neste

Parlamento, como Deputado, como pessoa, atuar de forma correta, digna e serena. Mas não faltam oportunidades para que a nossa reputação seja avariada de uma forma ou de outra: por problemas, por circunstâncias.

Olhem o caso, por exemplo, do nosso companheiro Maurício Requião. Uma pessoa para mim, particularmente, ímpar, digna, competente, correta, honesta e que prestou serviço volumoso para a Educação do Paraná. O Maurício Requião foi tratado como se fosse uma pessoa sem qualificação. Ele que transformou a Educação deste Estado, que como Secretário da Educação do Paraná fez a diferença: construiu a melhor Educação do Brasil aqui no nosso Estado, transformou a nossa Educação, o nosso ensino, num ensino com qualidade. Poderíamos falar, aqui, das ações do Maurício Requião na área pedagógica, como a transformação que o nível da Educação do Paraná teve na última avaliação feita em nível nacional, o Paraná ficou em 1º lugar, avançando quilômetros e quilômetros na qualidade de ensino. O Paraná dos concursos, o Paraná dos salários, o Paraná do Plano de Carreira para os professores, para os funcionários. O Paraná do Projeto Consciência, do Projeto Fera, dos Jogos Estudantis. O Paraná da construção de escolas, o Paraná do livro didático. O único Estado do Brasil que dá os livros didáticos para o ensino médio de graça e ainda escritos pelos professores da nossa rede. O Paraná das escolas referência, das escolas técnicas, do ensino médio de qualidade, o Paraná do Portal da Educação, do laboratório de informática: todas as escolas do Paraná com laboratório de informática, numa grande rede de internet, onde cada escola tem um televisor com pen drive. O Paraná que tem, hoje, a melhor Educação do Brasil: do ensino médio e de 5ª a 8ª séries.

E o Maurício Requião, responsável por tudo isso, eleito Conselheiro do Tribunal de Contas por esta Casa, livre, legítima e democraticamente, como manda a Constituição, como manda nosso Regimento Interno, como manda a nossa legislação e, de repente, o Ministro do STF tira o Maurício Requião do Tribunal de Contas. O mesmo Ministro que havia indeferido uma ADIN contra o voto aberto, aqui, uma proposição do Deputado Nelson Justus. O mesmo Ministro Ricardo Lewandowski que indeferiu a ADIN dizendo que o voto aberto era um voto legítimo, deu uma liminar tirando o Maurício do Tribunal de Contas. Porque o voto foi aberto. E durma com um barulho desses!

De repente não é mais, de repente é assim! Não se entende! E o Maurício pagando um preço terrível na sua honra, na sua dignidade como ser humano, como paranaense...

Sr. Presidente, venho falar porque o Maurício não é do Tribunal de Contas, não é nada! É um cidadão que está lá em sua casa, não estou puxando saco. Conheço a vida desse paranaense, sei o quanto deve estar sofrendo pelas indagações as quais foi colocado, imputado e renegado em todas essas circunstâncias. Eu, como Deputado Estadual, acompanhei a vida do Maurício Requião como Deputado Federal, como Secretário da Educação, como

Presidente, da FUNDEPAR, como Secretário da Educação do Paraná nos últimos quatro anos, cinco anos, uma pessoa ilibada, ética e moralmente. Uma pessoa correta, estudiosa, profundamente estudiosa, conhecedor da Educação como pouco neste País. Uma pessoa apaixonada pelo que faz, uma pessoa tímida. Esse é o Maurício Requião, que foi defenestrado do Tribunal de Contas de forma misteriosa.

Rasgaram o nosso Regimento, rasgaram a Constituição do Paraná, pisaram em cima. Rasgaram, desonraram a Assembleia Legislativa e nós Deputados fazemos o papel de trouxas, porque sequer o Supremo pediu informações para a Assembleia, desrespeitando um Poder, um Poder constituído, um Poder legitimamente constituído. Sequer pediu informações, deu a liminar causando todo esse transtorno com relação ao Tribunal de Contas e em relação a um cidadão que não merece.

Por isso, quero convidar a minha bancada, que tanto orgulho tenho de participar que é a Bancada do PMDB, e os outros Deputados desta Casa, para entrarmos com um título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Maurício Requião, pelos serviços prestados ao Paraná, principalmente e especialmente na área da Educação, que é a parte mais nobre, mais necessária para o desenvolvimento de uma sociedade, de um Estado, de um País e da própria humanidade. Creio que é uma homenagem justa, é um homenagem para corrigir efetivamente algumas distorções ocorridas. Mas principalmente para reconhecer o que o Sr. Maurício Requião representa para a Educação do Paraná, para a nossa juventude, para as nossas crianças, para o povo do nosso Estado, que com o trabalho devotado, respeitoso, dedicado, competente, apaixonado, transformou a Educação do nosso Estado no melhor nível de ensino do nosso País.

Eram as palavras que queria dizer aqui. E quero deixar para a minha bancada esse convite para que possamos apresentar nesta casa um projeto de lei concedendo ao nosso ilustre paranaense o título de Cidadão Benemérito do Paraná. Obrigado.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, na semana que passou, por iniciativa nossa, encaminhamos à Mesa um pedido de representação junto ao Ministério Público Federal na Cidade de Londrina, com relação à construção da Usina de Mauá. Foi submetido ao voto desta Casa, referendado a nossa solicitação. Questiono V. Exa. se este nosso pedido de representação já foi dado encaminhamento ou não, ou qual o procedimento, se a Mesa tomará as providências imediatamente, ou se o próprio Deputado se incumba de fazer esse encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em questão como essa, uma vez que o requerimento foi aprovado em Plenário, cabe a 1ª Secretaria redigir e encaminhar o requerimento aprovado. Quero

crer que isso já deva ter acontecido, caso contrário o 1º Secretário é quem tem que enviar essa correspondência. Mas a responsabilidade é da Mesa. Não sei lhe responder e já saiu. A 1ª Secretaria encaminha o requerimento aprovado, a pedido de V. Exa.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Agradeço V. Exa. e solicito, se for possível, Sr. Presidente, a sua interferência no sentido de encaminharmos com a maior urgência possível.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sem dúvida nenhuma, nem pode ser diferente.

No horário da Liderança do Bloco PTB/PR, com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores que nos acompanham pela nossa TV Assembleia.

Dois assuntos nos trazem a esta tribuna nesta tarde. Primeiro uma obra maravilhosa que foi inaugurada na sexta-feira. O Governador Requião esteve em Ponta Grossa e lá foi inaugurada uma obra construída com recursos do Paraná Urbano, ParanaCidade. Uma obra que vai ser exemplo para o Estado do Paraná.

O Governador autorizou a construção de mais quatro ginásios para pessoas deficientes. Vou mostrar aqui para a televisão a foto desse ginásio. Um ginásio de mais de 2 milhões e que vai atender principalmente às pessoas portadoras.

Aqui está mais uma foto com o presidente da instituição, com piscina térmica, com todas as dependências para a prática de esportes.

O Governo autoriza mais quatro ginásios em Cidades-Polo do Paraná.

Cumprimento aqui o ParanaCidade, através do projeto elaborado, cumprimento o Prefeito Pedro Wosgrau pela obra, fundamental e de muita importância, pelo Governo do Estado do Paraná.

Na sexta-feira aproveitamos a estada do Governador para mais uma vez vistoriar as obras, aquela obra bonita, de futuro, aquela obra que por algum tempo alguns não acreditaram, que alguns usaram termos pesados para ela.

Deputado Plauto, V. Exa. que sempre acreditou nessa obra, sabia que por trás dessa obra vinha a volta do curso de Medicina e que agora, na metade do ano, retoma-se as atividades do curso de Medicina em Ponta Grossa, que todos nós lutamos para a sua volta. Deputado Péricles, quando Prefeito, nós, o pessoal da universidade, e em cima disso veio o resultado positivo que é a construção desse hospital que está aqui, o hospital regional de

Ponta Grossa, que está em obras e dentro de quatro meses estará finalizado. No final do ano essa obra deverá ser inaugurada (mostra para a televisão). Aqui já temos o piso sendo colocado, aqui a parte que qualifico como a mais importante, porque o projeto foi muito bem feito, é um hospital de cinco andares, sem corredores, o mais moderno do Estado do Paraná, que terá 150 leitos, 38 leitos de UTI, sendo que oito leitos serão neonatal; um investimento de quase R\$ 50 milhões e que esta obra tão logo comece a funcionar, vai atender uma vasta região dos Campos Gerais, que nunca teve um hospital, regional como tem Maringá, como tem Londrina, como tem Cascavel, e não tínhamos esse hospital nos Campos Gerais.

A partir da implantação desse hospital, certamente muitas coisas ainda vão melhorar na Saúde. Nem tudo será resolvido, mas muitas coisas vão melhorar, a ponto de termos um hospital que vai ser maior que a Santa Casa. Ela que completou 100 anos e que salva vidas em Ponta Grossa. Esse novo hospital regional será o hospital que vai cumprir a sua etapa ao longo dos próximos anos.

Fizemos uma visita nesse final de semana e sei que algumas pessoas não acreditaram. Deputado Plauto, não é o caso de V. Exa., porque sempre me dizia que acreditava na volta do curso de Medicina Alguns, durante a campanha, chamavam de casinha de boneca, cemitério. Tive que ouvir isso, mas sempre acreditei que essa obra seria uma realidade, porque nos empenhamos, ao lado do Prefeito, ao lado do Governador, dos Secretários, do Reitor Paulinho Godoi, do professor João Carlos, de todo aquele pessoal, nos incorporamos nessa obra, empurramos essa obra para ela chegar onde está hoje, quase na reta final.

A Prefeitura de Ponta Grossa, V. Exa. que já foi Prefeito sabe disso, se obriga e banca com recursos municipais obras da região da Saúde, porque o hospital municipal é público. A partir desse hospital teremos um hospital regional pago pelo Governo do Estado, coisa que nunca aconteceu em Ponta Grossa. Essa sim é uma obra maravilhosa para a história. Uma obra que certamente haverá de salvar vidas até daqueles que disseram que a obra não aconteceria.

Em período de eleição vale tudo, da canela para cima vale tudo, da canela para baixo tudo pode acontecer, enfim, o importante é que esse hospital não é um cemitério, Deputado “Lobinho”, em homenagem ao nosso querido Guimarães, Deputado “Lobinho” dos bons tempos de escoteiro, um dos maiores líderes que está aqui nesta casa. Esse hospital vai ficar na história. Talvez o cemitério não seja em Ponta Grossa, o cemitério esteja lá pelas redondezas de Tibagi. O nosso hospital está saindo, o resto e conversa para boi dormir.

Deputado “Lobinho”, seria sempre um prazer ouvi-lo, mas já citei V. Exa. e a citação de V. Exa. é uma grande honra para mim.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Edson Praczyk.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa presente, senhoras, senhores e amigos telespectadores.

Neste final de semana, justamente com a minha equipe de gabinete, visitamos a região de Campo Mourão, terra do nosso ex-Deputado Tureck, hoje Prefeito da Cidade de Campo Mourão, e terra do nosso amigo Deputado Douglas. Na região tive a oportunidade de visitar vários Municípios, dos quais destaco a visita que fiz a uma Cidade muito carismática, uma Cidade muito acolhedora, Campina da Lagoa, que além da sua beleza natural e de todo o seu encanto de Cidade interiorana, detém como principal patrimônio a hospitalidade dos que lá moram.

Estive, prioritariamente, para instalar a Comissão Provisória do Partido Republicano Brasileiro, do qual sou Presidente, e para estreitar o relacionamento com a atual Presidente da Provisória Municipal do PRB, o Dr. Fernando, uma pessoa simpaticíssima, uma grande liderança política que me acolheu de uma forma muito gentil e carinhosa, juntamente com a sua família, a qual mais do que depressa eu, carinhosamente, batizei como “casal simpatia”. E como faz parte da vida de todo homem, de toda figura pública e de todo Parlamentar, oportunamente várias reuniões se desencadearam naquela Cidade, com grupos, para tratar dos mais diversos assuntos e em especial o CONSEG da Cidade, que me entregaram em mãos um documento oficializando os reclames emergenciais da Cidade de Campina da Lagoa, dos quais destaco o questionamento de que o posto policial instalado na Cidade, que era composto por seis policiais militares, teve a redução do efetivo na Cidade para a metade, para três policiais militares, e a delegacia da Cidade, além de carregar sobre si um problema que tem sido comum em todas as Cidades paranaenses, para não dizer em todo o País, da superlotação, porque a cadeia ali ou a delegacia tem servido como uma pequena penitenciária, com capacidade para sete internos e já ultrapassa o número de 19 detentos ali naquela unidade.

Eles fizeram um reclame pedindo para que este Parlamentar, junto com os demais Parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, principalmente os Parlamentares que fazem parte do bloco de sustentação do Governo atual, para que se desse uma atenção especial a esse pequeno Município. A situação da delegacia, que necessita emergencialmente de reparos, ou então que se faça uma nova delegacia, mais moderna e mais adequada, e também que se dê condições estruturais para que o atual delegado, que tem feito, com toda a sua criatividade, até além do que qualquer pessoa, em suas limitações humanas, poderia fazer para amenizar essa situação, que obviamente

não tardará caso continue com essa carência de ser motivo das manchetes dos jornais, de futuras fugas, ou quando não, aquela situação em que as entidades não governamentais, de defesa da pessoa, dos direitos humanos, acabará provocando para que se chame a atenção das autoridades responsáveis e se dê uma solução àquele Município.

Como eu disse, e repito, senhoras e senhores, sabemos que essa situação precária na área de Segurança não é uma exclusividade da Cidade de Campina da Lagoa, mas embora um ditado popular diga que o bom cabrito não berra, sabemos que na política não funciona dessa forma; é justamente da forma diferente, o bom cabrito tem que berrar, tem que chorar, tem que gritar, tem que alardear as autoridades para que se dê a atenção necessária para que a Cidade então passe a sentir-se mais segura.

Então, na data de amanhã, Deputado Dr. Batista, este Parlamentar estará providenciando os respectivos requerimentos para fazer ecoar o clamor e o reclame daquela Cidade, tanto para que o Governador quanto o Secretário da Segurança do Estado, lembrem-se que dos 399 Municípios que compõem esse pujante Estado, o Estado do Paraná, essa Cidade existe, o povo que ali está carece da atenção, nas muitas áreas e a atenção na Segurança. Os PMs, que sejam aumentado o número de efetivos que ali estiverem, porque a Cidade tem como incumbência, os policiais de lá, cuidar do Município e dos pequenos Municípios ao redor da Cidade de Campina da Lagoa. E o mesmo acontece com a Polícia Civil, que seja dada a devida reforma, a tão esperada reforma, ou se crie uma nova instalação para a Cidade, para que então o delegado possa trabalhar junto com os profissionais da área de Segurança daquele Município.

Então, faço questão de subir a esta tribuna para registrar a nossa participação, e aqui estou, não para fazer uma crítica, pura e simplesmente lançando palavras vazias ao vento, mas requerendo, Sr. Governador, Sr. Secretário Fernando Delazari, a atenção ao Município da Campina da Lagoa. É um pedido não propriamente de um homem, de um político, de um Parlamentar, mas de toda aquela comunidade, uma Cidade que tem pouco mais de 17 mil habitantes, mas que merece a atenção, que merece o respeito, e que precisa urgentemente, tanto de mais policiais militares, como também de toda uma reformulação na estrutura da delegacia local, da pessoa e da figura do delegado, e dos trabalhadores, dos profissionais da área de Segurança que ali moram, que ali dedicam a sua vida em prol da garantia da Segurança daquele Município.

É o registro que faço, Sr. Presidente. Muito obrigado, senhoras e senhores, telespectadores.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Democratas. **(Declina)**

Liderança da Oposição. **(Declina)**

Liderança da Governo. **(Declina)**

O SR. ANTONIO BELINATI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, só para registrar a presença do Deputado Ricardo Barros, Presidente Estadual do nosso partido. O Deputado Ricardo Barros é inegavelmente, hoje, o maior municipalista do Brasil. Está aí junto ao Presidente, as boas-vindas da Casa ao ilustre Deputado Ricardo Barros.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobra a mesa, Mensagem nº 020/09, subscrita pelo Exmo. Governador do Estado encaminhando anteprojeto de lei concedendo o índice geral de 6% (seis por cento) na referência salarial inicial das tabelas de vencimentos básico, com consequente reflexo nos interníveis e inter-classes, respeitada a amplitude salarial e a dinâmica inter-cargos a todas as carreiras estatutárias, civis e militar do Poder Executivo do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício s/nº, subscrito pelo Deputado Dr. Batista, constante do expediente, comunicando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 22 e 23 de abril, devido ao fato de estar em compromissos assumidos na região de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicações nºs 421 a 446/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constantes do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e a Secretária da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã nos respectivos Municípios: Araruna, Barra do Jacaré, Cidade Gaúcha, Cianorte, Doutor Camargo, Formosa do Oeste, Goioerê, Guaporema, Indianópolis, Iracema do Oeste, Japurá, Janiópolis, Jussara, Jundiá do Sul, Terra Boa, Nova Olímpia, Rancho Alegre, Salto do Itararé, Rondon, São Manoel do Paraná, Santo Antonio da Platina, Xambê, São Tomé, Tuneiras do Oeste, Mariluz e Moreira Sales. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 447/09, e autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo Sr. Secretário de Estado da Saúde, a Implantação do Centro Integrado de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Terra Roxa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicações nºs 448 e 452/09, e autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado a viabilização de aparelho de ecografia para os respectivos Municípios: Pontal do Paraná, Jacarezinho, Porto Amazonas, Quatro Barras e Quitandinha. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicações nºs 453 a 459/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado a viabilização de uma Biblioteca Cidadã para os respectivos Municípios: Palmeira, Paranaguá, Matinhos, Mato Rico, Santa Tereza do Oeste, Sengés e Ribeirão Claro. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 460/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado a construção de uma padaria comunitária no Centro de Educação Infantil Cristo Rei, no Município de Sarandi. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicações nºs 461 a 489/09 e 491/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constantes do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado a construção do Centro Educacional Infantil, nos respectivos Municípios: Terra Boa, Sarandi, São Tomé, São Jorge do Ivaí, Santo Antonio do Caiuá, Quinta do Sol, Peabiru, Paichandu, Paranacity, Ourizona, Nova Esperança, Nossa Senhora das Graças, Mariluz, Munhoz de Melo, Marumbi, Marialva, Mandaguaçu, Maringá, Lobato, Jussara, Jandaia do Sul, Ivatuba, Iguaraçu, Floresta, Engenheiro Beltrão, Colorado, Cambira, Boa Esperança, Atalaia e Astorga. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 490/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Terra Boa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1759, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, requerendo autorização desta Casa para se ausentar do País no período de 1° de maio a 1° de junho do corrente, com destino aos Estados Unidos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1760, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, requerendo autorização de viagem nos dias 07, 08 e 09/05/09, para a União de Parlamentares Sul-Americanos e do MERCOSUL em Florianópolis/SC, com o tema: Integração Sul-Americana na Saúde, nas Questões Aduaneiras e na Legislação de Trânsito. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 115/09, anexo ao Projeto de Lei n° 122/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Vacinação contra HPV - Papiloma Vírus Humano na rede pública de Saúde. **Aprovada. (Publ. no DA n° 024/09 de 30/03/09, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 538/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que organiza e constitui a Proteção ao Patrimônio Cultural Imaterial do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. COM EMENDAS DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emendas. **Aprovadas.** Projeto. **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 378/07, anexo Projeto de Lei n° 456/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que determina a cassação da inscrição, no cadastro de contribuintes do ICMS, na hipótese que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CF. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ. Aprovado o Substitutivo Geral da CF.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 007/08, de autoria do Deputado Mário Roque, que institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná o Dia da Pintura, a ser comemorado no dia 1° de agosto. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento n° 1700, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, quero encaminhar favorável a esse requerimento, como encaminharei também favoravelmente o requerimento, com o mesmo teor, formulado pelo Deputado Tadeu Veneri, que fala sobre o plano de sucessão que a COPEL está desenvolvendo, já anunciado pelo Presidente daquela empresa, se procede de fato à aposentadoria daqueles servidores, funcionários, empregados que já estão aposentados, que prestam serviço ainda, e a contratação de novos funcionários, ou seja, de pessoas que, concursadas, poderão efetivamente trabalhar na empresa.

Acho que o tema é relevante, importante, envolve a vida de pessoas importantes que há muito contribuíram com a própria Companhia Paranaense de Energia. Então, queria encaminhar favoravelmente os dois requerimentos, para que o Presidente da COPEL, Rubens Ghilardi, pudesse fundamentar qual é a estratégia em relação aos recursos humanos da Companhia Paranaense de Energia. Entendo que, obviamente, tanto o Deputado Ney Leprevost quanto o Deputado Tadeu Veneri regimentalmente estão corretos em fazer a propositura dos presentes requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada discussão. Em votação. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.** à Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1761, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1824, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 1825, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Retirado pelo autor.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, quero encaminhar favoravelmente, mas haverá de ser feita uma retificação do destinatário do presente requerimento, porque ele quer as informações referentes à Usina Hidrelétrica de Mauá. Na verdade, o destinatário não deve ser a Secretaria de Obras Públicas, mas a Companhia Paranaense de Energia - COPEL. Então, haverá de se reformular o requerimento. Como a rasura, a mim, parece muito extensa, Deputado Rangel, seria bom talvez retirar o requerimento, refazê-lo e amanhã encaminhamos, mas já de antemão quero dizer que vou encaminhar favoravelmente à aprovação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente. **Retirado pelo autor e será encaminhado na data de amanhã.**

Requerimento nº 1826, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 1827, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1821 e 1822, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1787 e 1788, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1729 a 1753, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1762 e 1763, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1777 a 1785, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1828 e 1829, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1830, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 538/08.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 378/07 e 007/08.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 056/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 084/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 843, datado de 04/02/09, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar, à disposição da Prefeitura do Município de Cruzmaltina, Estado do Paraná, o funcionário deste Poder Legislativo, CANDIDO BERTHIER FORTES NETO, matrícula nº 40171, para ocupar o cargo de engenheiro, até 31/12/09, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13/04/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 087/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 11652, datado de 17/12/08, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de CELSO DIRCEU DA PAZ, matrícula nº 40170, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de operador, nível NTC-04, com lotação na Coordenadoria de Processamento de Dados, 06 (seis) meses relativo ao dobro de uma licença especial a que tem direito, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, conforme lhe faculta o artigo 248 da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15/04/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 088/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 4226, datado de 02/04/09, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar averbar, na ficha funcional de CLAUDIO GRISALT, matrícula nº 40810, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de segurança, nível NBA-06, tempo de contribuição num total de 11 anos e 17 dias, já descontado o tempo em paralelo, sendo que:

1 - 07 anos, 02 meses e 06 dias, para todos os efeitos legais, nos termos do artigo 129, da Lei Estadual nº 6174/70, período de 12/06/80 a 01/09/87, em que trabalhou nesta Assembleia Legislativa, período este que não consta em ficha funcional; e

2 - 03 anos, 09 meses e 27 dias, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do parágrafo 9º, do artigo 201, da Constituição Federal, referente a serviços prestados na Sociedade Educacional Expoente SC Ltda., 01 mês e 11 dias, período de 27/04/77 a 07/06/77; de 05/06/73 a 13/09/73, 03 meses e 09 dias, em que trabalhou para Carlos Fernando N. da Matta; de 07/06/75 a 23/06/76, 01 ano e 17 dias, em que trabalhou na Associação Paranaense de Ensino; de 01/04/76 a 11/08/76, 01 mês e 18 dias, em que trabalhou na Casa de Saúde Paciornik; de 01/09/76 a 24/01/77, 04 meses e 24 dias, na Digitil Ltda; de 05/08/77 a 01/10/77, 01 mês e 27 dias, na Esperandi Cia. Ltda., de 05/04/78 a 10/06/78, 02 meses e 06 dias, na Suplevest; e, de 10/08/78 a 14/02/80, 01 ano, 06 meses e 05 dias, na Papyros Ltda.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15/04/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 089/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 4636, datado de 13/04/09, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar à disposição da Prefeitura do Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, a funcionária deste Poder Legislativo, LINDAMIR COLONTONIO, matrícula nº 40984, até 31/12/09, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15/04/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 091/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 4621, datado de 08/04/09, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de JUZELE CASSIA BITTENCOURT, matrícula nº 40841, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de jornalista, nível NUE-01, com lotação na Diretoria de Serviços Especiais, o tempo de 06 (seis) meses relativo ao dobro de uma licença especial a que tem direito, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, conforme lhe faculta o artigo 248 da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15/04/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 093/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 2996, datado de 17/03/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar a disposição funcional da servidora THIRSA RITA ROSSI TIRAPELLE, matrícula nº 40463, para permanecer prestando serviços junto ao Gabinete Parlamentar do Deputado Duílio Genari, até 31/12/09, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 16/04/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 094/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 4620, datado de 08/04/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO JUNIOR, matrícula nº 40605, de 30 (trinta) dias, a partir de 05/04/09, com término em 05/05/09, CID. 10 J 15.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22/04/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 095/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 4676, datado de 13/04/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, PAULO CEZAR SILVEIRA DA MOTA PIMPAO, matrícula nº 40152, de 25 (vinte e cinco) dias, a partir de 25/03/09, com término em 19/04/09, CID. 10 S 72 e S 82.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22/04/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Atas de Comissões

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Artagão Júnior, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Fernando Scanavaca, Francisco Bühler, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Dr. Batista e Jonas Guimarães. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Douglas Fabrício. Passou-se à Ordem do Dia: o Sr. Deputado Tadeu Veneri apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 084/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 01) Projeto de Lei nº 084/09, de autoria do Deputado Professor Lemos. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente. O Sr. Deputado Carlos Simões apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 115/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 115/09, de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO, com voto contrário do Deputado Tadeu Veneri; 03) Projeto de Lei nº 400/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 375/08, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins à subemenda de Plenário - APROVADO. O Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Resolução nº 003/09 e 004/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 05) Projeto de Resolução nº 003/09, de autoria da Comissão Executiva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura à emenda de Plenário, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO, com voto contrário do Deputado Tadeu Veneri; 06) Projeto de Resolução nº 004/09, de autoria da Comissão Executiva. Parecer FAVORÁVEL do

Deputado Luiz Claudio Romanelli à emenda de Plenário - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 015/09, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco Bühler - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 017/09, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco Bühler - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 019/09, de autoria do Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Carlos Simões, Francisco Bühler e Luiz Claudio Romanelli; 10) Projeto de Lei nº 031/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost - que altera dispositivos da Lei nº 12857/00. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 032/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco Bühler - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 035/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - REJEITADO. Os Srs. Deputados Douglas Fabrício, Luiz Carlos Martins, Rosane Ferreira, Duílio Genari, Luiz Claudio Romanelli, Francisco Bühler e Carlos Simões votaram CONTRÁRIO. Os Srs. Deputados Artagão Júnior e Tadeu Veneri votaram FAVORÁVEL ao parecer. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Adretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

Obras Públicas, Transportes e Comunicação

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Marcelo Rangel, e contando com as presenças do Deputado Duílio Genari, Deputado Douglas Fabrício, Deputado Péricles de Mello, Deputado Luiz Nishimori, Deputado Dobrandino da Silva, Deputado Elio Rusch. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, que contou com a presença do Sr. João Chiminazzo Neto, Diretor Regional da Associação Brasileira de Concessionárias e Rodovias, que foi convidado para expor assuntos ligados as concessionárias do Estado do Paraná. Em seguida o Sr. Presidente passou a palavra aos Srs. Parlamentares para formularem perguntas ao convidado, conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, secretário da comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(a) MARCELO RANGEL - Presidente

Publicações Administrativas:

Contrato

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESQUISAS DE OPINIÃO PÚBLICA

Convite: N° 014/09

Protocolo: N° 2031/09

CONTRATADA: Instituto Paraná de Pesquisas e Análise de Consumidor Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n° 81.908.345/0001-40, estabelecida em Curitiba, Paraná, na rua XV de Novembro, n° 1152, sala 03, Centro, neste ato representado pelo seu diretor o Sr. Murilo Hidalgo Lopes de Oliveira, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n° 1.306.663-9, inscrito no CPF n° 845.090.589-34, residente e domiciliado na rua Deputado Heitor Alencar Furtado, n° 2.381 - bairro Mossungue nesta Capital e outro lado, a

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n° 77.799.542/0001-09, estabelecida à praça Nossa Senhora da Salete s/n - Centro Cívico - Curitiba/PR, neste ato representado pelo seu Diretor Geral, Sr. Abib Miguel, inscrito no CPF sob n° 027.501.049-04.

Cláusula Primeira - Do Objeto

Pelo presente instrumento, as partes ajustam e contratam, serviços de pesquisas de opinião pública no Estado do Paraná com o objetivo de avaliar a imagem e os trabalhos realizados pelo Poder Legislativo Estadual, bem como os trabalhos oferecidos pelo Poder Executivo deste Estado do Paraná.

Cláusula Segunda - Do Prazo

A CONTRATADA se compromete a prestar os serviços objeto deste convite, a partir da data da assinatura deste contrato até o dia 31 de dezembro de 2009.

Cláusula Terceira - Do Preço

A CONTRATADA perceberá pelos serviços de pesquisa de opinião pública a importância global de R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais), de acordo com a dotação orçamentária n° 3390.3900, o qual não sofrerá reajuste até o término do presente contrato.

Parágrafo primeiro - A CONTRATANTE pagará o montante especificado nesta cláusula terceira, após o requerimento ter sido protocolado, juntamente com a 1ª via da nota fiscal e apresentação das pesquisas realizadas, contendo planejamento amostral, aplicação e checagem das entrevistas realizadas, elaboração dos questionários, tabulação dos dados e apresentação dos mesmos através de tabelas, em até 30 (trinta) dias e ainda mais este pagamento será feito por estimativa, isto é, feito em parcelas, à medida que cada trabalho for realizado será feito o relativo pagamento e assim será até o término do presente contrato.

Parágrafo segundo - No valor ajustado pelos serviços de pesquisa, já se encontram inclusos todos os eventuais valores relativos a impostos, taxas e contribuições. Quando a CONTRATANTE for a responsável tributária pelo recolhimento, fica a mesma autorizada, neste ato, a descontar este valor do preço ajustado e devido.

Cláusula Quarta - Das Obrigações das Partes

1. São obrigações da CONTRATANTE:
 - O pagamento pelos serviços de pesquisa, sob pena de rescisão do presente contrato.
2. São obrigações da CONTRATADA:
 - Prestar serviços de pesquisa conforme solicitado.

Cláusula Quinta - Da Subcontratação, da Cessão e da Transferência.

O objeto deste contrato não poderá ser alterado, modificado ou complementado, nem tampouco ser cedido, transferido ou ocorrer subcontratação, salvo após autorização por escrito da CONTRATANTE.

Cláusula Sexta - Da Rescisão e das Multas

Extingue-se o presente contrato:

1. Pelo vencimento do prazo contratual.
2. Pelo inadimplemento contratual, mediante notificação rescisória, devendo a parte infratora pagar multa não-compensatória no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor dos serviços prestados durante a vigência do contrato.
3. Ocorrerá à rescisão, de pleno direito, se ocorrer à falência, concordata ou insolvência de qualquer das partes contratantes.

Parágrafo primeiro - Na vigência de um eventual aviso de rescisão, as partes se obrigam pelo cumprimento de todas as cláusulas aqui contratadas.

Cláusula Sétima - Das Disposições Gerais

A não exigência imediata, por qualquer das partes, do cumprimento de qualquer obrigação avençada neste contrato, constituir-se-á mera liberalidade da parte que assim proceder, não devendo ser entendida ou caracterizada como novação ou precedente invocável pela outra parte.

Cláusula Oitava - Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Paraná para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias relativas a este instrumento.

E, após terem lido e concordado com todas as suas cláusulas, firmam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e formas, para que surta seus efeitos jurídicos.

Curitiba, de abril de 2009.

(aa) ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO PARANÁ

ABIB MIGUEL - Diretor Geral
INSTITUTO PARANÁ DE PESQUISAS E
ANÁLISE DE CONSUMIDOR LTDA.